

Instruções gerais: Em cada área de estudo, tendo em vista a opção feita pelo candidato no momento de sua inscrição, as referências temáticas correspondem a pontos numéricos, a serem objeto de sorteio, em sessão pública, na fase da prova escrita do Processo Seletivo (item 5.2.1 do Edital). As referências bibliográficas são apresentadas de modo meramente sugestivo, sem limitar ou vincular a preparação e estudos do candidato ou a avaliação a ser realizada pela Banca Examinadora.

LINHA DE PESQUISA 1

PODER, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Área de Estudo: P-01 - Justiça Tributária e Segurança Jurídica

Referências temáticas

1) Os princípios ordenadores do Direito Tributário. Federalismo e Estado Democrático de Direito. Reflexos no sistema tributário nacional. As imunidades como limitações constitucionais ao poder de tributar. Direitos e garantias constitucionais do contribuinte. Segurança e Igualdade. A capacidade econômica.

2) Metodologia do Direito Tributário. O modo de pensar por meio de conceitos. O modo de pensar por meio de tipos. A prevalência do modo de pensar por meio de conceitos e a prevalência dos princípios constitucionais no Direito Tributário. A estrutura lógica das normas jurídicas. A hipótese e a consequência das normas tributárias e seus aspectos ou critérios. Normas, regras e princípios. Ponderação de princípios no Direito Tributário. Interpretação, integração e aplicação da legislação tributária.

3) Competência tributária. Discriminação constitucional e modalidades. Conflitos de competência; soluções constitucionais; o papel das leis complementares e das resoluções do Senado Federal.

4) O conceito de tributo e as espécies tributárias. A teoria geral dos impostos, das taxas e das contribuições.

5) Receitas originárias. Preços Públicos. Participação de um ente estatal no produto de arrecadação de tributo de competência alheia.

6) A proteção da confiança e a irretroatividade do Direito Tributário, em relação aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A boa fé. Soluções consensuais no Direito Tributário. Transação administrativa e transação tributária. A democratização da Administração Tributária.

7) O Procedimento Administrativo e o devido processo legal. Poder de Polícia Fiscal: conceito, meios, atributos, características, formas de atuação, limites. Manifestações do poder de polícia fiscal. Administração Tributária: atribuições da fiscalização. Prerrogativas

da autoridade administrativa. Dívida ativa de créditos tributários: procedimento, inscrição, execução. A Repressão ao ilícito tributário. Multas, penalidades pecuniárias e garantias do contribuinte.

8) As relações econômicas internacionais, sua regulação e os efeitos na seara tributária. Principais atores globais transnacionais em matéria de regulação econômica e tributária: forma de atuação. Iniciativas harmonizadoras da tributação no ambiente global. Processo de produção, negociação e interiorização das normas que regulam o sistema econômico e tributário internacional. Mecanismos de solução de controvérsias entre os países. Governança tributária global. Implicações das limitações gerais externas ao exercício da atividade legislativa dos Estados soberanos em matéria tributária. Pluritributação internacional. Tributação do comércio eletrônico. Propostas de taxação global e seus possíveis reflexos.

9) As estratégias de simplificação e praticidade. Presunções e ficções no Direito Tributário. A aplicação da lei “em massa” e suas consequências para a igualdade e equidade.

10) Tributos sobre o consumo. Não cumulatividade. Tributação sobre a herança e sobre a renda. Outros tributos e a ideia de Justiça tributária. Tributação e desigualdade social. A tributação e o combate à pobreza.

Referências Bibliográficas (preferência para edições mais recentes)

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *O outro leviatã e a corrida ao fundo do poço*. São Paulo: Almedina, 2015.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Poder de polícia fiscal*. Belo Horizonte: Mandamentos.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Por que a guerra fiscal? Os desafios do Estado na modernidade líquida. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. v.102, p. 305 - 341, 2011.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Transações Administrativas*. São Paulo: Quartier Latin.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *O outro Leviatã e a Corrida ao Fundo do Poço*. Coimbra: Almedina, 2015.

CHANG, Ha-Joon. *23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo*. São Paulo: Cultrix.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Guerra fiscal, Bolsa Família e Silêncio (Relações, efeitos e regressividade). In. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília: Centro de Estudos Jurídicos da Presidência, v. 16, n. 108, Fev./ Mai. 2014, p. 39-64. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/revistajuridica/vol-16-n-108-fev-maio-2014/menu-vertical/artigos/artigos.2014-05-28.1926333239>.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Direito Tributário Brasileiro*. Atualização da obra de

Aliomar Baleeiro, Rio de Janeiro, Forense.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Direito tributário, direito penal e tipo*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro. Rio de Janeiro: Forense.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Modificações da jurisprudência no Direito Tributário: proteção da confiança, boa fé objetiva e irretroatividade como limitações constitucionais no poder judicial de tributar*. São Paulo: Noeses.

DERZI, Misabel de Abreu Machado. (Coord.) *Separação de poderes e efetividade do sistema tributário*. Belo Horizonte: Del Rey.

MOREIRA, André Mendes. *A Não-Cumulatividade dos Tributos*, 2ª ed. São Paulo: Noeses, 2012.

MOREIRA, André Mendes e RIBEIRO, Jamir Calili. *Metodologia do Direito Tributário e o Modo de Raciocinar por Tipo e por Conceitos*. In: Sacha Calmon Navarro Coelho. (Org.). *Segurança Jurídica*. Rio de Janeiro: GEN-Forense, 2013, v. 1, p. 517-538.

MURPHY, Liam; NAGEL, Thomas. *O mito da propriedade. Os impostos e a justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

OLIVEIRA, Ludmila Mara Monteiro de (Org.); BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves (Org.); MAGALHÃES, Tarcísio Diniz (Org.). *Estudos Críticos do Direito Tributário*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Arraes, 2018. 235p.

Área de Estudo: P-02 – Teoria Constitucional, Direitos Humanos e Instituições Democráticas.

Referências temáticas

- 1) As teorias interpretativas do direito e a legitimidade das decisões judiciais no constitucionalismo contemporâneo
- 2) Os fundamentos político-filosóficos do constitucionalismo e a controvérsia sobre a legitimidade da jurisdição constitucional. O debate entre o "constitucionalismo jurídico" e o "constitucionalismo político"
- 3) A dignidade da legislação e a (i)legitimidade da jurisdição constitucional nos sistemas jurídicos democráticos
- 4) O princípio do Estado de Direito, a justificação das decisões judiciais e os riscos do instrumentalismo
- 5) Com e contra o empirismo judicial, o pragmatismo e o movimento anti-teórico no direito.
- 6) Direito e igualdade política no liberalismo igualitário.
- 7) As teorias dos diálogos institucionais e as novas experiências de desenhos institucionais no Direito Comparado. Cortes Constitucionais: modelos de deliberação e posturas interpretativas
- 8) Igualdade política e o papel da religião na esfera pública
- 9) Liberdade de expressão e o discurso de ódio no pensamento político contemporâneo
- 10) Justiça distributiva, direito público e direito privado

Referências bibliográficas

BELLAMY, R (2007). *Political Constitutionalism: A Republican Defence of the Constitutionality of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.

BUSTAMANTE, Thomas (2016). R. On the Difficulty to Ground the Authority of Constitutional Courts: Can Strong Judicial Review be Morally Justified? In: Bustamante, Thomas e Fernandes, Bernardo Gonçalves (orgs.) *Democratizing Constitutional Law*. Heidelberg: Springer. Disponível em:
http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2617111.

DWORKIN, Ronald (2013). *Religion Without God*. Cambridge, MA: Belknap.

DWORKIN, Ronald (2011). *Justice for Hedgehogs*. Cambridge, MA, Belknap.

FERNANDES, B. G. A. (2010). Os Passos da Hermenêutica: Da Hermenêutica à Hermenêutica Filosófica, da Hermenêutica Jurídica à Hermenêutica Constitucional e da Hermenêutica Constitucional à Hermenêutica Constitucionalmente adequada ao Estado Democrático de Direito. In: Fernandes, Bernardo Gonçalves (org.). *Interpretação Constitucional: Reflexões sobre (a nova) Hermenêutica*. Salvador: Jus Podivm, v. 01, p. 7-101.

GARDBAUM, S. (2013) *The New Commonwealth Model of Constitutionalism*. Cambridge: Cambridge University Press.

ISSACHAROFF, Samuel (2015). *Fragile Democracies: Contested Power in the Era of Constitutional Courts*. Cambridge: Cambridge University Press.

KYMLICKA, Will (2006). *Filosofia política contemporânea*. Trad. de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes.

MENDES, Conrado Hubner. (2011). *Direito Fundamentais, Separação de Poderes e Deliberação*. São Paulo: Saraiva.

POSNER, R (2002). *The Problematics of Moral and Legal Theory*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

RAWLS, John (2003). *Justiça como equidade: uma reformulação*. Trad. de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes.

SCHEFFLER, Samuel. Distributive justice, the basic structure and the place of private law. *Oxford Journal of Legal Studies*, v. 35, n. 2, p. 213-235 (2015).

TAMANAHA, Brian (2006). *Law as a Means to an End: Threat to the Rule of Law*. Cambridge: Cambridge University Press.

WALDRON, J (1999). *Law and Disagreement*. Oxford: OUP.

WALDRON, J (2012). *The Harm in Hate Speech*. Cambridge, MA: Belknap.

Área de Estudo: P-03 - Direito Penal Contemporâneo

Referências temáticas

- 1) O modelo constitucionalmente orientado de direito penal: princípios constitucionais em matéria penal.
- 2) Relações do direito penal com outros ramos da ciência jurídica: Direito constitucional, administrativo, internacional, econômico, tributário. As ciências penais: filosofia do Direito penal, criminologia (antropologia criminal, sociologia criminal, psicologia criminal, etc), sociologia jurídico-penal, política criminal.
- 3) Teoria da norma penal.
- 4) Conceitos de crime. O conceito analítico do crime: evolução e variações.
- 5) Os principais sistemas da teoria do delito: sistemas causais, finalista. Funcionalismo.
- 6) Tipicidade e causas de sua exclusão.
- 7) Bem jurídico e imputação objetiva.
- 8) Ilícitude penal e causas de sua exclusão.
- 9) Culpabilidade e causas de sua exclusão.
- 10) Direito penal e sanções penais. Sanção penal e sanção administrativa. Das medidas de segurança. Execução penal.

Referências bibliográficas

BATISTA, Nilo. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro, Revan, 2003, v.I., 2010, v.II, I.

BRODT, Luís Augusto Sanzo. *Da consciência da Ilícitude no Direito Penal Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

----- . *Do estrito Cumprimento de Dever Legal*. Porto Alegre: Sergio Fabris,

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito penal; parte geral*. São Paulo: Coimbra e Revista dos Tribunais, 2007.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão; teoria do garantismo penal*. Trad. Ana Paula Zomer Sica. Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

RAMACCI, Fabrizio. *Corso di diritto penale*. 5ª. ed., Torino: Giappicchelli, 2007

ROXIN, Claus. *Derecho Penal*; parte general. Fundamentos. La estructura de la teoría del delito. Trad y notas. Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Diaz y Garcia Conlledo e Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas, 2000, Tomo I, p.203.

SALES, Sheila Jorge Selim de e PIRES, Ariosvaldo de Campos. Alguns movimentos político-criminais da atualidade. In: *Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. São Paulo: RT, 2003, v. 42, p. 295-306.

SALES, Sheila Jorge Selim de. *Escritos de direito penal*. 2ª. ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

----- . *Dos tipos plurissubjetivos*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

----- . *Do sujeito ativo*; na parte especial do código penal. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *A moderna teoria do fato punível*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

----- . *Teoria da pena*; fundamentos políticos e aplicação judicial. Curitiba: Lumen Juris, 2005.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. *A expansão do direito penal. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. Trad. Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TAVARES, Juarez. *Teoria do injusto penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

----- . *Teorias do delito*: variações e tendências. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

Área de Estudo: P-04 - Direito e Administração Pública

Referências temáticas

1) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO ADMINISTRATIVO: PROLEGÔMENOS - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Conceito, natureza e fins. Funções do Estado. Administração Pública como organização e como atividade. Administração Pública e Governo. A Administração Pública e os regimes jurídicos público e privado. Poderes da Administração. Evolução da Administração Pública. Reformas administrativas no Brasil.- DIREITO ADMINISTRATIVO: Conceito. Fontes. Evolução histórica. Direito Administrativo no Brasil. REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO: Relação jurídico-administrativa. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo (expressos e implícitos).

2) ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ENTES DE COLABORAÇÃO - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: Desconcentração de competências. Descentralização política e administrativa. Administração Direta e Indireta. Autarquias, empresas estatais e fundações: conceito, natureza e regime jurídico, características, controle. Agências reguladoras e executivas. Consórcios públicos. Evolução e tendências da organização administrativa. - ENTIDADES PARAESTATAIS E TERCEIRO SETOR: Conceitos. Serviços sociais autônomos. Entidades de apoio. Parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Organizações Sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público. Contratos de gestão. Organização da Sociedade Civil: termos de fomento e de colaboração. (Lei 13.019/2014).

3) AGENTES PÚBLICOS - Espécies. Cargo, emprego e função. Regime constitucional dos servidores públicos. Responsabilidade do agente público: responsabilidade civil, penal e administrativa; responsabilidade por improbidade administrativa.

4) ATIVIDADE ADMINISTRATIVA - ATO ADMINISTRATIVO: Conceito, requisitos, elementos, atributos, classificações. Perfeição, validade e eficácia. Extinção. Vinculação e discricionariedade.- PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: Conceito, requisitos, importância, objetivos, fases, espécies, fundamentos constitucionais.

5) LICITAÇÃO, CONTRATO ADMINISTRATIVO E PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - LICITAÇÃO: Conceito, finalidades, princípios, modalidades, procedimento licitatório, anulação e revogação, recursos Administrativos. CONTRATO ADMINISTRATIVO: Conceito, características, modalidades, extinção. PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Parcerias em sentido amplo e sentido estrito. Terceirização: limites, possibilidades, equilíbrio econômico-financeiro, responsabilidades. Parcerias público-privadas: contexto para surgimento, contornos, modalidades, distribuição de riscos e equilíbrio econômico-financeiro; principais questionamentos. Concessão e permissão de serviços públicos: conceitos, distinções, justificativas, responsabilidade civil dos concessionários e permissionários, encampação e caducidade, subconcessão, transferência da concessão e contratação de terceiros.

6) SERVIÇO PÚBLICO E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO -

Conceito de serviço público. Serviço público e outras atividades da Administração: distinção. Intervenção do Estado no domínio econômico. Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público. Direitos dos usuários. Concessões e permissões de serviço público e seus regimes jurídicos. Poderes, deveres e direitos do delegante, do delegatário e dos usuários. Política tarifária. Extinção da concessão e da permissão. Parcerias público-privadas.

7) PODER DE POLÍCIA - Conceito. Fundamentos. Características. Distinção frente a outras formas de atuação da administração pública.

8) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PROPRIEDADE - DOMÍNIO PÚBLICO: Classificação dos bens públicos. Regimes jurídicos. Aquisição e alienação. Uso de bem público por particular. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA: Função social da propriedade. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Desapropriação.

9) RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DIREITOS SUBJETIVOS PÚBLICOS E OBRIGAÇÕES PÚBLICAS: Conceito. Fontes. Lesão do direito do administrado por procedimento ativo ou omissivo da Administração. Situações contenciosas nascidas de violação dos direitos públicos subjetivos do administrado. Iniciativa de promover a apreciação judicial. Execução voluntária das obrigações públicas. Execução coativa: meios diretos e indiretos de coerção em via administrativa. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO: Fundamentos e características. Evolução da responsabilidade do Estado por atos administrativos. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade. Reparação do dano. Ação regressiva. Responsabilidade por atos legislativos e jurisdicionais.

10) CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL – Controle da administração pública: conceito, abrangência, controle interno e externo. Controle administrativo, legislativo e jurisdicional. A evolução do controle da administração pública no Brasil. Proteção aos direitos individuais, coletivos e difusos. Controle de gestão. LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL: Contexto, fundamentos, discussão sobre sua constitucionalidade, responsabilidade objetiva, infrações e sanções; processo administrativo de responsabilização; acordo de leniência; análise comparativa com o acordo de leniência da Lei 12.529/2011.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. *Motivação e Controle do Ato Administrativo*. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. *Negociação Coletiva dos Servidores Públicos*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 33ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Princípio constitucional da eficiência administrativa*. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

BITENCOURT NETO, Eurico. *Concertação administrativa interorgânica: Direito Administrativo e Organização no Século XXI*. São Paulo: Almedina, 2017.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. *Direito administrativo pós-moderno*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Manual de Direito Administrativo*. 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada*. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MOTTA, Fabrício; FERRAZ, Luciano de Araújo. *Servidores Públicos na Constituição de 1988*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FORTINI, Cristiana (org.). *Servidor Público: estudos em Homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra*. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

FORTINI, Cristiana; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa. *Processo Administrativo: Comentários à Lei n.º 9.784/1999*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

FORTINI, Cristiana (Coord.). *Registro de Preços: análise da Lei 8.666/93, do Decreto Federal n.º 7.892/13 e de outros atos normativos*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

FORTINI, Cristiana. *Terceirização: estudos em homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Mutações do Direito Administrativo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

SEABRA FAGUNDES, Miguel. *O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário*. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. (ou 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1984.).

Área de Estudo: P-05 - Administração Pública e Desenvolvimento Estratégico

Referências temáticas

- 1) Bases e evolução do Direito Público. Histórico. Fundamentos. Objeto, sujeitos, normas e regras de Direito Econômico. Estado e ordem econômica mundial e brasileira. Ordem econômica na Constituição de 1988.
- 2) Estado Regulador na Constituição de 1988. Estado como agente normativo e regulador da ordem econômica. Regulação, Poder de Polícia, Fomento, Serviços Públicos, Atividade Econômica em sentido estrito. Terceiro Setor.
- 3) Agências reguladoras. Histórico. BACEN. CVM. CMN. ANEEL. ANATEL ANP e demais agências. Natureza jurídica das agências. Organização. Competências e instrumentos de atuação. Interação entre agências de regulação e entidades de defesa da concorrência e do consumidor. CADE. A defesa do Consumidor na Lei n. 8.078/1990.
- 4) Empresas Estatais. Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas. Aspecto subjetivo e aspecto objetivo. Demais empresas controladas. Empresas participadas. Atividade econômica e serviços públicos. Regimes jurídicos.
- 5) Participação direta do Estado no domínio econômico. Regimes de monopólio, privilégio e competição. Regimes jurídicos. Serviços Públicos. Poder concedente. Relação entre concedente, concessionário e usuário. Usuário versus consumidor. Exploração Direta. Concessão em sentido amplo (concessão, permissão, parcerias público-privadas). Regimes jurídicos.
- 6) Terceiro Setor. Histórico. Conceito. Relação entre Estado e Terceiro setor. Organizações Sociais (Lei 9.636/98). Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei 9.790/99). Convênios (Decreto 6.170/07). Termos de Fomento e Termo de colaboração (13.019/14).
- 7) Institutos de Desenvolvimento Econômico. Macro e micro instituições de desenvolvimento: agências de fomento, contratos administrativos, institutos de propriedade intelectual.
- 8) Direito Econômico Sancionatório: fundamentos e princípios. Lei n. 8.078/90 (defesa do consumidor). Lei n. 12.529/2011 (defesa da concorrência). Lei 8.429/92 (improbidade administrativa). Lei 12.846/13 (improbidade empresarial).
- 9) Direito da concorrência no Brasil. Escolas do direito da concorrência. Influência americana e europeia. Conceitos básicos: mercado relevante, poder de mercado, probabilidade de exercício de poder de mercado (importações, barreiras à entrada e rivalidade) e eficiências. Controle estrutural e de condutas. E a Lei 12.529/2011 e o novo arranjo institucional do SBDC.

10) LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL- Contexto. Fundamentos. Discussão sobre sua constitucionalidade. Responsabilidade Objetiva. As infrações e as sanções. Processo Administrativo de Responsabilização. Acordo de Leniência. Análise comparativa com o acordo de leniência da Lei 12.529/11

Referências bibliográficas

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James. Por que as nações fracassam. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, Vinicius Marques de. (Org). A Lei n. 12.529/2011 e a nova política de defesa da concorrência. São Paulo: Singular, 2015.

CARVALHO, Vinicius Marques de. Defesa da Concorrência: estudos e votos. São Paulo: Singular, 2015.

CARVALHOSA, Modesto, Considerações sobre a Lei anticorrupção das pessoas jurídicas: Lei n. 12.846 de 2013. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. Lei Anticorrupção: apontamentos sobre a Lei nº 12.846/2013/ Antonio Araldo Dal Pozzo; Augusto Neves Dal Pozzo; Beatriz Neves Dal Pozzo; Renan Marcondes Facchinatto. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. Acordos de leniência e a MP 703: medida necessária ou "incentivo" à corrupção empresarial?. Disponível em: <www.direitodoestado.com.br>. Acesso em 30 de abril de 2016.

FÉRES, Marcelo Andrade et CHAVES, Natália Cristiana. Sistema Anticorrupção e Empresa. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

FORTINI, Cristiana (Coord.). Corrupção de Seus Múltiplos Enfoques Jurídicos. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

FORTINI, Cristiana. Mecanismo de Controle Interno e Sua Matriz Constitucional. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012. v. 01. 329p.

FORTINI, Cristiana. O Processo Licitatório nas Parcerias Público - Privadas (PPP). Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, v. 119, p. 13-278, 2014.

FORTINI, Cristiana. Registro de Preços: análise da Lei 8.666/93, do Decreto Federal n 7.892/13 e de outros atos normativos. 2. ed., 2014.

FORTINI, Cristiana. Terceirização: estudos em homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra. 2. ed., 2014.

FORTINI, Cristiana. Uma rápida comparação entre a Lei 12.846/13 e norte-americano foreign corrupt practices act (FCPA). Disponível em: <www.direitodoestado.com.br>. Acesso em 30 de abril de 2016.

FORTINI, Cristiana; Carvalho Filho, José dos Santos (Org.) ; Virginia Kirchmeyer Vieira (Org.) ; PIEVE, F. C. M. F. (Org.) . Terceirização na Administração: Estudos em homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra. Belo Horizonte: Forum, 2009. 109p.

FORTINI, Cristiana; MIRANDA JÚLIAN. A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA EM FACE DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA. Revista da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte, v. 05, p. 55-78, 2012.

FORTINI, Cristiana; Pereira, Maria Fernanda Pires de Carvalho. Reflexões sobre a utilização de bens públicos pelos particulares: uma releitura dos conceitos da doutrina. Estado e Propriedade: estudos em homenagem à Professora Maria Coeli Simões Pires. 1ed.: , 2015, v. , p. 217-.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . Equilíbrio econômico-financeiro nas Parcerias Público Privadas. Revista de Contratos Públicos CEDIPRE, v. 1, p. 25, 2015.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . Equilíbrio Econômico-Financeiro nos contratos de PPP. In: Marçal Justen Filho;Rafael Wallbach Schwind. (Org.). Parcerias público-privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004. 1ed.Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 1, p. 283-308.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . O regime jurídico das parcerias voluntárias com as Organizações da Sociedade Civil: inovações da Lei n 13.019/2014. A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso), v. 1, p. 93, 2015.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . O Regime Jurídico das parcerias voluntárias com as organizações da sociedade civil: inovações da Lei 13.019/14. In: Emerson Gabardo; Daniel Hache; Eneida Desiree Salgado. (Org.). Direito Administrativo e suas transformações atuais: homenagem ao Professor Romeu Felipe Bacelar Filho. 1ed.Curitiba: Ithaca, 2016, v. 1, p. 419-440.

FORTINI, Cristiana; VIEIRA, Ariana Sherman Moraes. Lei anticorrupção empresarial: os riscos de sua regulamentação e implementação. In: REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo; DIAS, Maria Tereza Fonseca (coord). O direito entre a esfera pública e a autonomia privada: transformações do direito público no ambiente democrático. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.161-184, v 2.

FORTINI, Cristiana; LACERDA, B. A. O Direito Administrativo e a fundamentalidade da pessoa. Fórum Administrativo, v. 10, p. 19-28, 2010.

JUSTEN FILHO, Marçal. O Direito das Agências Reguladoras Independentes. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2002. v. 1. 639p.

LARA, Fabiano Teodoro. Desenvolvimento, Instituições e Desenho de Mecanismos In: Políticas públicas: planejamento e sustentabilidade. 1 ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018, p. 10-26.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Análise Econômica da Propriedade Intelectual. In: Luciano Benetti Timm. (Org.). DIREITO E ECONOMIA NO BRASIL. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014, v. 1, p. 357-381.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. *Propriedade intelectual: uma abordagem pela análise econômica do direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Using Competition Law and Intellectual Property Law to Foster Innovation: A Preliminary Study. In: Giuseppe Bellantuono; Federico Puppò. (Org.). CONVERGENCES AND DIVERGENCES BETWEEN THE ITALIAN AND THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEMS. 1ed.Trento: Università degli Studi di Trento, 2015, v. 14, p. 145-164.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; BELLANTUONO, Giuseppe (Org.). *Law, Development and Innovation*. Cham: Springer International Publishing, 2015.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; GONTIJO, Guilherme Dias. Princípio da Eficiência: forjando uma Administração Pública pragmática? In: Roberto Correia da Silva Gomes Caldas; Joana Stelzer; Liane Francisca Hüning Birnfeld. (Org.). Direito e administração pública I. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; LEURQUIN, Pablo Georges Cícero Fraga. A regulação da aviação civil e o desenvolvimento econômico brasileiro. In: Leandro Novais e Silva. (Org.). Regulação e concorrência no setor aéreo no Brasil: alternativas possíveis. 1ed.São Paulo: Singular, 2014, v. 1, p. 175-200.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. A Eficácia Jurídica da Norma de Preço Abusivo. Revista de Concorrência e Regulação, v. 7/8, p. 199-221, 2012.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. A Regulação da Concorrência. In: Sérgio Guerra. (Org.). Regulação no Brasil: Uma Visão Multidisciplinar. 1ed.Rio de Janeiro: FGV, 2014

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. O Bom ou Nada: A Regulação de Jogos de Azar. Revista Direito GV, v. 16, p. 625-649, 2013.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert; RODRIGUES, Eduardo Frade . Proporcionalidade e melhora regulatória: a regulação dos serviços de táxi. Revista do IBRAC, v. 22, p. 277, 2013.

SILVA, Leandro Novais e. (Org.). Regulação e concorrência no setor aéreo no Brasil: alternativas possíveis. 1ed.São Paulo: Singular, 2014.

Área de Estudo: P-06 - Empresa no Mercado

Referências temáticas

- 1) História do Direito Privado: formação do Direito Civil e do Direito Empresarial e sua inserção na ordem constitucional.
- 2) Direito das Obrigações: unidade ou dualidade?
- 3) Negócio jurídico, contrato e autonomia da vontade.
- 4) A pessoa jurídica e seu emprego no Direito Societário.
- 5) Dimensões pública e privada do mercado financeiro e de capitais.
- 6) Coisas e Direitos Reais.
- 7) Responsabilização subjetiva e objetiva do empresário.
- 8) Estabilidade e alteração do Direito Privado em face de novas tecnologias.
- 9) Crise econômico-financeira da pessoa: insolvência, falência e recuperação judicial.
- 10) Boa-fé no Direito Privado.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Negócio Jurídico: existência, validade e eficácia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAENEGEN, R. C. Uma Introdução Histórica ao Direito Privado. 2. ed. trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CORRÊA-LIMA, Osmar Brina; LIMA, Sérgio Mourão Corrêa (Coord.). Comentários à nova lei de falência e recuperação de empresas. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

COUTO E SILVA, Clóvis do. O princípio da boa fé no direito brasileiro e português. In: CAETANO, Marcelo et al. Estudos de Direito Civil Brasileiro e Português. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). Direito & Internet III: Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. t. I e II.

EIZIRIK, Nelson et. al. Mercado de capitais e regime jurídico. 2. ed., rev. e atual. Rio de

Janeiro: RENOVAR, 2011.

FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes (Coord.). Direito Societário Contemporâneo. São Paulo: Quartier Latin, 2009 e 2015. v. I e II.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de Empresa: Comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

LOPES, Christian Sahb Batista. Um diálogo por uma nova teoria dos contratos. In: Elena de Carvalho Gomes; Edgard Audomar Marx Neto; Marcelo Andrade Feres. (Org.). Estudos de Direito Privado Liber Amicorum para João Baptista Villela. 1ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no Direito Privado: critérios para sua aplicação. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

MILAGRES, Marcelo de Oliveira. A causa do contrato. Revista de Direito Civil Contemporâneo. Vol. 14, jan./mar. 2018, p. 159-178, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

PARENTONI, Leonardo Neto. O Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica no CPC/2015. Porto Alegre: Editora Fi, 2018
(<https://www.editorafi.org/334leonardoparentoni>).

SALOMÃO FILHO, Calixto. Novo Direito Societário. São Paulo: Malheiros, 2011.

SALOMÃO NETO, Eduardo. Direito bancário. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ZENATI-CASTAING, Frédéric. REVET, Thierry. Les biens. 3. ed. Paris: Puf, 2008.

ZIMMERMANN, Reinhard. The Law of obligations: roman foundations of the civilian tradition. Oxford: Clarendon Paperbacks, 1996.

Área de Estudo: P-07 – Direito Econômico e Desenvolvimento

Referências temáticas

- 1) Constituição Econômica de 1988. Antecedentes históricos. Disciplina jurídica da economia de mercado na atualidade: o papel do Estado e da empresa. Escolas Econômicas de Pensamento. Liberdade Econômica. Regulação Econômica versus Liberdade Econômica.
- 2) Direito da concorrência brasileiro. Influências, história, sistema administrativo. Remédios antitruste e sua inserção no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro. Reparação civil. Advocacia da Concorrência.
- 3) Direito da concorrência e atos de concentração. Atos de concentração: Conceitos fundamentais e perspectivas históricas norte-americanas, europeias e brasileiras. Requisitos, pressupostos e critérios de aprovação pelo CADE. A jurisprudência do CADE em atos de concentração.
- 4) Direito da concorrência e condutas anticompetitivas. Condutas anticompetitivas: Conceitos fundamentais e perspectivas históricas norte-americanas, europeias e brasileiras. A jurisprudência do CADE em controle de condutas anticompetitivas.
- 5) Direito Econômico na nova economia e na sociedade digital: economia colaborativa, compartilhada e P2P. Impactos no mercado concorrencial e no mercado de consumo. Desafios de uma regulação adequada. Provável necessidade de revisão de paradigmas e de mudança de mentalidade. Soluções advindas de outros Estados e adequações necessárias ao ordenamento jurídico e à realidade econômica brasileiros.
- 6) O Poder Judiciário e o Direito Econômico. Limites e fundamento do controle judicial de políticas econômicas públicas.
- 7) Análise Econômica do Direito como método. História e evolução. Contribuições para o estudo do direito da concorrência brasileiro. Outras influências e contribuições possíveis.
- 8) Economia Comportamental aplicada ao Direito. Contribuições da Behavioral Economics para o estudo do direito brasileiro. Outras influências e contribuições possíveis.
- 9) Regulação econômica sob o enfoque do Direito Econômico. Regulação setorial.
- 10) O Direito do Consumidor sob o enfoque do Direito Econômico. Perspectiva constitucional. Direito do consumidor e desenvolvimento econômico.

Referências Bibliográficas

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James. *Por que as nações fracassam*. Rio de Janeiro:

Elsevier, 2012.

CABRAL DE MONCADA, Luís S. *Direito económico*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1988.

CADE. Departamento de Estudos Econômicos- DEE. Documento de trabalho 001/2015. O mercado de transporte individual de passageiros: regulação, externalidades e equilíbrio urbano.

CARVALHO, Vinicius Marques de. (Org.). *A Lei n. 12.529/2011 e a nova política de defesa da concorrência*. São Paulo: Singular, 2015.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. 1ª ed., São Paulo: LTC; 2014.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. *Propriedade intelectual: uma abordagem pela análise econômica do direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; BELLANTUONO, Giuseppe (Org.). *Law, Development and Innovation*. Cham: Springer International Publishing, 2015.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; BELLANTUONO, Giuseppe. *Introduction: Exploring Linkages*. In: BELLANTUONO, Giuseppe; LARA, Fabiano. (Org.). *Law, Development and Innovation*. Cham: Springer International Publishing, 2015, v. 1, p. 1-14.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. *Using Competition Law and Intellectual Property Law to Foster Innovation: A Preliminary Study*. In: Giuseppe Bellantuono; Federico Puppo. (Org.). *CONVERGENCES AND DIVERGENCES BETWEEN THE ITALIAN AND THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEMS*. 1ed.Trento: Università degli Studi di Trento, 2015, v. 14, p. 145-164.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. *Análise Econômica da Propriedade Intelectual*. In: Luciano Benetti Timm. (Org.). *DIREITO E ECONOMIA NO BRASIL*. 2ed.São Paulo: Atlas, 2014, v. 1, p. 357-381.

MILLER, Stephen R. *First principles for regulating the sharing economy*. Harvard Journal on Legislation, Vol. 53, Issue 1 (Winter 2016), pp. 147-202.

OLIVEIRA, Amanda F. de, CASTRO, Bruno Braz de. *Proteção do consumidor de crédito: uma abordagem a partir da economia comportamental*. Revista de Direito do Consumidor, vol. 93, maio-junho 2014, p. 231-249.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. (Org.). *Direito Econômico: evolução e institutos. Obra em homenagem ao Professor João Bosco Leopoldino da Fonseca*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. *O direito da concorrência e o Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de e RUIZ, Ricardo Machado (coord.). *Remédios antitruste*. São Paulo: Singular, 2011.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de e SARAIVA, Rute. *O Tribunal de Justiça de São Paulo e a anulação da multa aplicada à McDonald's em razão de publicidade abusiva. Ou, a quem cabe educar nossas crianças?* Revista Direito do Consumidor, n. 106, jul-agosto 2016, p. 325-356.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. *Lições de direito econômico*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. *Teoria da constituição econômica*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

Área de Estudo: P-08 – Direito Internacional Contemporâneo

Referências temáticas

- 1) Direito Internacional Pós-Moderno: Nova Ordem Internacional (aspectos políticos, econômicos e do Comércio Internacional); Teorias de Direito e Relações Internacionais; A Sociedade Internacional e o Direito Internacional; Conceito e Fontes do Direito Internacional Contemporâneo; Governança Global.
- 2) Tratados Internacionais: conceito; terminologia; condições de validade; classificação; fundamento; efeito; interpretação; processo de conclusão; execução; garantias; cláusulas; extinção; apreciação no sistema brasileiro.
- 3) Pessoas Internacionais: Estado; organizações internacionais; pessoa humana; organizações não estatais; empresas transnacionais; organizações não-governamentais.
- 4) Organizações Internacionais: Teoria Geral das Organizações Internacionais (conceito; características; espécies; responsabilidade internacional; direitos; financiamento; efeitos jurídicos de suas normas). Organização das Nações Unidas – ONU (histórico; finalidades; membros; idiomas; órgãos; personalidade jurídica; normas jurídicas dela emanadas e sua obrigatoriedade).
- 5) Responsabilidade Internacional de Estados e Organizações Internacionais: princípios gerais; atribuição; violação de obrigação internacional; excludentes de ilicitude; reparação e contramedidas; proteção diplomática e funcional; Estados, Organizações Internacionais e a Responsabilidade de Proteger.
- 6) Direito Internacional Europeu: União Europeia – UE (processo de integração, instituições; tratados comunitários); Direito da União Europeia (princípios jurídicos comunitários, regras processuais; principais julgados); Outras Organizações Internacionais Europeias (Conselho da Europa; Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN; Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE).
- 7) Direito Internacional na América Latina: América Latina – contexto, história e relações internacionais. Sistema Interamericano e Direito internacional; Organizações Internacionais Americanas (Organização dos Estados Americanos – OEA, Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, Comunidade Andina; Associação dos Estados do Caribe; Mercado Comum Centro-Americano, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL); Princípios Gerais do Direito Latino-Americano.
- 8) Direito Internacional dos Direitos Humanos: individualidade, universalidade e extensão dos Direitos Humanos; padrões internacionais de implementação Direitos Humanos; ONU e Direitos Humanos; Conselho da Europa e a Corte Europeia de Direitos Humanos; OEA e a Corte Interamericana de Direitos Humanos; Organização da Unidade Africana - OUA e a Carta Africana de Direitos do Homem; Direitos Humanos na Ásia; Estatuto de Roma e o

Tribunal Pena Internacional; ONGs, Empresas Transnacionais e Direitos Humanos.

9) Direito Internacional Econômico: Globalização, Integração Regional e redefinição do conceito de Soberania. Organização Mundial do Comércio – OMC (processo de formação – do GATT/47 ao Protocolo de Marraqueche; objetivos; estrutura; processo de decisão; solução de controvérsias; principais Acordos; Rodada de Doha); Instituições Financeiras Internacionais (FMI, Banco Mundial, Banco do BRICS); Propriedade Intelectual.

10) A contribuição dos Tribunais Internacionais à evolução do Direito Internacional Contemporâneo: modos pacíficos de solução de conflitos internacionais; Corte Internacional de Justiça – CIJ; Tribunal de Justiça da União Europeia; Solução de Conflitos no âmbito do Mercosul; Solução de Conflitos na OMC; expansão, coexistência e diálogo dos múltiplos tribunais internacionais.

Referências bibliográficas

AMERASINGHE, C. F. **Principles of institutional law of international organizations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CASELLA, Paulo Borba. **Fundamentos do direito internacional pós-moderno**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

DE SCHUTTER, Olivier. **International human rights law: cases, materials, commentary**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HURD, Ian. **International organizations: politics, law, practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

JACKSON, John J. **Sovereignty, the WTO, and changing fundamentals on international law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MENEZES, Wagner. **Direito internacional na américa latina**. Curitiba: Juruá, 2007.

SALIBA, Aziz Tuffi. (Org.) **Direito dos Tratados**. Belo Horizonte: Arraes, 2011.

SCHERMES, Henry. BLOKKER, Niels. **International institutional law**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2011.

SEYERSTED, Finn. **Common law of international organizations**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2008.

SHARF, Michael. WILLIAMS, Paul. **The Law of international organizations: problems and materials**. Raleigh: Carolina Academic Press, 2013.

SHAW, Malcom. **International law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SILVA, Roberto Luiz. **Curso de Direito Internacional**. Middletown: Amazon, 2018.

SLAUGHTER, Anne-Marie. **A new world order**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

STEINER, Josephine. WOODS, Lorna. **EU Law**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Os Tribunais internacionais e a realização da justiça**. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.

Área de Estudo: P-09 – Filosofia do Direito; Teoria do Direito, Teoria da ação e Filosofia da Linguagem

Referências temáticas

- 1) Concepções de racionalidade e sua aplicação à compreensão das práticas jurídicas.
- 2) Positivismo jurídico, abordagens valorativas do direito, cognitivismo e não cognitivismo moral.
- 3) Conceitos jurídicos: especificidades, conteúdo semântico, instituição e aplicação.
- 4) Norma jurídica e normatividade.
- 5) Direito e valor.
- 6) Objetividade na moralidade e na argumentação jurídica.
- 7) Pensamento pós-metafísico e fundamentação do direito
- 8) O direito como prática social
- 9) Direito e autoridade política
- 10) Teorias jurídicas contemporâneas na matriz não-positivista: jusnaturalismo, pragmatismo e interpretativismo.

Referências Bibliográficas

BRANDON, Robert. Articulating Reasons: an Introduction to Inferentialism. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2001.

BUSTAMANTE, Thomas. Em defesa da legalidade. Belo Horizonte: Arraes, 2018.

COLEMAN, Jules. The Practice of Principle. Oxford: OUP, 2002.

DECAT, Thiago Lopes. Racionalidade, valor e teorias do direito. Belo Horizonte: D'Plácido, 2015.

DWORKIN, Ronald. Justice for Hegehogs. Cambridge, MA: Belknap, 2011.

DWORKIN, Ronald. Justice in Robes. Cambridge, MA: Belknap, 2006.

HABERMAS, Jürgen. Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1998. Caps. 1; 3; 5; 6.

HART, Herbert L. A. O conceito de direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

POSTEMA, Gerald J. Coordination and Convention at the Foundations of Law. The Journal of Legal Studies, vol. 11, p. 165-203, 1982.

RAZ, Joseph. The Morality of Freedom. Oxford: Oxford University Press, 1986.

Área de Estudo: P-10 – Direito Constitucional, Direito Eleitoral e Hermenêutica

Referências temáticas

- 1) A vocação dúplice da hermenêutica constitucional: entre filtro epistemológico e objeto de análise.
- 2) Intersecções entre Poderes: limites, possibilidades, diálogos e enfrentamentos.
- 3) As dimensões da regulação normativa da Política: jurisdicional, legislativa, administrativa e eleitoral.
- 4) Comportamento judicial na seara político-eleitoral, sob a perspectiva da jurisdição constitucional: o STF entre contenção e ativismo.
- 5) Comportamento judicial na seara político-eleitoral, sob a perspectiva da jurisdição eleitoral: a Justiça Eleitoral entre a garantia da legalidade democrática e a violação à soberania popular.

Referências Bibliográficas

AIETA, Vânia Siciliano. Criminalização da política: a falácia da judicialização da política como instrumento democrático. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CLÈVE, Clèmerson Merlin e LORENZETTO, Bruno Meneses. Diálogos institucionais: estrutura e legitimidade. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 2, n. 3, p. 183-206, set./dez. 2015.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves Alfredo. Direito Constitucional e Democracia: entre a Globalização e o Risco. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves Alfredo; BUSTAMENTE, Thomas da Rosa. Democratizing Constitutional Law: Perspectives on Legal Theory and the Legitimacy of Constitutionalism. Switzerland: Springer, 2016.

MENDES, Conrado Hübner. Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação. São Paulo: Saraiva, 2011.

PEREIRA, Rodolfo Viana. Direito Constitucional Democrático: controle e participação como elementos fundantes e garantidores da constitucionalidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PEREIRA, Rodolfo Viana. Tutela Coletiva no Direito Eleitoral: controle social e fiscalização das eleições. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, Saulo Tarso; BONAVIDES, Paulo; MARTÍN, Nuria Belloso; SILVA, Alexandre Fernandes. Teoria da decisão judicial e teoria da justiça: jusfilosofia e novos paradigmas constitucionais. Curitiba: Juruá, 2015.

SALGADO, Eneida Desiree. Princípios constitucionais eleitorais. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

WALDRON, Jeremy. Law and Disagreement. Oxford: Oxford University Press, 1999.

WALDRON, Jeremy. Political Political Theory: Essays on Institutions. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

LINHA DE PESQUISA 2

DIREITOS HUMANOS E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO:
FUNDAMENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE

Área de Estudos: D-01 – O Modelo Constitucional de Processo Penal

Referências Temáticas

- 1) A construção da verdade no processo penal sob o marco do constitucionalismo democrático.
- 2) Iniciativa probatória do juiz e a composição democrática das decisões judiciais.
- 3) A influência inquisitorial no processo penal contemporâneo.
- 4) Prisões provisórias, medidas cautelares, liberdade provisória e o princípio da presunção de inocência.
- 5) Princípio da proporcionalidade, limites e critérios.
- 6) Recursos e nulidades: a efetividade do processo sob os parâmetros de um Estado de Direito.
- 7) A natureza jurídica do processo penal.
- 8) Investigação preliminar criminal.
- 9) Proposta do novo código de processo penal.
- 10) Limites ao exercício do direito à prova no processo penal.

Referências bibliográficas

CORDERO, F. *Ideologie del processo penale*. Roma: Università 'La Sapienza' di Roma, 1997.

FAZZALARI, Elio. *Conoscenza e valori saggi*. Torino: G. Giappichelli, 1999.

_____. *Istituzioni di diritto processuale*. 8. ed. Padova: Cedam, 2001.

GADAMER, Hans - Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermêutica filosófica*. 8. ed. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

HASSEMER, Winfried. *Crítica al derecho penal de hoy*. Trad. Patricia S. Ziffer. Colômbia: Universidad Externado de Colombia, 1997.

PINTO, Felipe Martins. *Introdução crítica ao processo penal*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

PINTO, Felipe Martins; MACHADO, Francisco Nogueira; SOUSA, Marllon (Coord.). *Processo penal democrático*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 1.180kB, ePub. ISBN digital: 978-85-450-0102-7. (Coleção Fórum Processo e Democracia, 1).

TASKI, Alfred. *A concepção semântica da verdade*. São Paulo: UNESP, 2007.

Área de Estudo: D-02 – Fundamentos do Novo Processo Civil Brasileiro

Referências temáticas

- 1) Normas fundamentais do Processo Civil
- 2) Tutelas jurisdicionais: clássicas (declaratória, constitutiva e condenatória) e diferenciadas (tutelas provisória, inibitória e específica)
- 3) Negócios processuais
- 4) Jurisprudência e precedentes no processo civil
- 5) Recursos constitucionais: recurso especial e recurso extraordinário
- 6) Gerenciamento e gestão processuais e efetividade do processo civil
- 7) Preclusão, coisa julgada e ação rescisória
- 8) Execução e cumprimento de sentença
- 9) Arbitragem e métodos consensuais de resolução de conflitos

Referências bibliográficas

ANDRADE, É.. A contratualização do processo. In: Fernando Gonzaga Jayme, Gláucio Maciel Gonçalves, Juliana Cordeiro de Faria, Marcelo Veiga Franco, Mayara de Carvalho Araújo, Suzana Santi Cremasco. (Org.). Processo Civil Brasileiro - Novos Rumos a partir do CPC/2015. 1ed. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2016, v. 01, p. 47-65.

ANDRADE, É.; Humberto Theodoro Júnior. A autonomização e a estabilização da tutela de urgência no Projeto de CPC. Revista de Processo, v. 206, p. 13-59, 2012.

ANDRADE, É.. As novas perspectivas do gerenciamento e da "contratualização" do processo. Revista de Processo, v. 193, p. 167-199, 2011.

ANDRADE, É.. A técnica processual da tutela sumária no direito italiano. Revista de Processo, v. 179, p. 175-215, 2010.

ANDRADE, É. O Mandado de Segurança: A Busca da Verdadeira Especialidade (Proposta de Releitura à Luz da Efetividade do Processo). 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010. v. 1. 621p.

ARAUJO, M. C. ; SOUZA, C. M. G. ; JORGE, A. C. R. ; JAYME, Fernando Gonzaga . . A atuação do advogado na autocomposição de conflitos de acordo com o novo CPC e a Lei

de Mediação.. Revista Eletrônica - Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, v. 53, p. 59, 2016.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do processo e técnica processual. São Paulo: Malheiros, 2006.

BONATO, Giovanni. Algumas considerações sobre coisa julgada no Novo Código de Processo Civil brasileiro: limites objetivos e eficácia preclusiva. Revista de Processo Comparado - RPC, São Paulo, Revista dos Tribunais, ano 1, vol. 2, jul-dez 2015, p. 121-143.

BONATO, Giovanni. A estabilização da tutela antecipada de urgência no Código de Processo Civil brasileiro de 2015 (uma comparação entre Brasil, França e Itália). Revista de Processo- RePro, São Paulo, v. 42, n. 273, p. 191-253, nov. 2017.

COMOGLIO, Luigi Paolo. Etica e tecnica del giusto processo. Milão: G. Giappichelli, 2004.

GONCALVES, G. F. M.; GOUVÊA, A. L. de . A proteção jurisdicional dos direitos da personalidade nos casos de urgência: a tutela inibitória no novo Código de Processo Civil. In: Francisco Antônio de Barros e Silva Neto, Frederico Augusto Leopoldino Koehler, Leonardo Carneiro da Cunha, Roberto Paulino de Albuquerque Júnior, Venceslau Tavares Costa Filho. (Org.). Relações e influências recíprocas entre direito material e direito processual. 1ed.Salvador: Jus Podium, 2017, v. , p. 163-182.

GONCALVES, G. F. M.. A calendarização do processo e a ampliação do prazo de defesa no CPC de 2015. In: Fernando Gonzaga Jayme; Renata Christiana Vieira Maia; Ester Camila Gomes Norato Rezende; Helena Lana. (Org.). Inovações e modificações do Código de Processo Civil - avanços, desafios e perspectivas. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2017, v. 1, p. 97-109.

GONCALVES, G. F. M.. Direito e Tempo. In: Jayme, Fernando Gonzaga; Faria, Juliana Cordeiro de; Lauar, Maira Terra. (Org.). Processo civil: novas tendências: homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2011, v. , p. 281-293.

GONCALVES, G. F. M.; DUTRA, V. B.. Apontamentos sobre o novo incidente de resolução de demandas repetitivas do Código de Processo Civil de 2015. Revista de Informação Legislativa, v. 208, p. 189-202, 2015.

GONCALVES, G. F. M.. A Organização dos Tribunais e a Gestão do Tempo. Revista do Instituto do Direito Brasileiro da Universidade de Lisboa, v. 12, p. 7521-7546, 2012.

GONCALVES, G. F. M.; ASSIS, G. B. P.. O prospective overruling nas Supremas Cortes brasileiras: a possibilidade de modulação temporal dos efeitos das decisões revogadoras de precedentes consolidados à luz da dogmática jurídica moderna e do novo Código de Processo Civil - CPC/2015. Revista de Processo, v. 258, p. 357-385, 2016.

GONCALVES, G. F. M.; BRITO, T. C. S. . GERENCIAMENTO DOS PROCESSOS

JUDICIAIS: NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA PROCESSUAL CIVIL NA INGLATERRA
PÓS-CODIFICAÇÃO - DOI: 10.12818/P.0304-2340.2015V66P291. Revista da Faculdade
de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Impresso), p. 291-326, 2015.

JAYME, Fernando G. MENDES, Aluísio. NUNES, Dierle. A nova aplicação da
jurisprudência e precedentes no CPC/2015

JAYME, Fernando Gonzaga; LEROY, G. C. ; SILVEIRA, Thamiris D?Lazzari da .
Reclamação ao STJ de decisões proferidas pelos Juizados Especiais Cíveis estaduais:
quis custodiet ipsos custodes? REVISTA DIREITO GV (ONLINE), v. 12, p. 461-483, 2016.

JAYME, Fernando Gonzaga; FRANCO, M. V. . O princípio do contraditório no Projeto do
novo Código de Processo Civil. Revista de Processo, v. 227, p. 221-243, 2014.

JAYME, Fernando Gonzaga; SOUZA, C. M. G. (Org.) ; SCHMIDT, M. H. F. M. (Org.) ;
PEREIRA, R. A. G. C. (Org.) . Mediação de Conflitos: a emergência de um novo
paradigma. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2016. v. 1. 280p.

JAYME, Fernando Gonzaga; FRANCO, M. V. . O princípio do contraditório no Projeto do
novo Código de Processo Civil. Revista de Processo, v. 227, p. 221-243, 2014

JAYME, Fernando Gonzaga; MAIA, Renata Christiana Vieira ; LIPIENSKI, Marcos Vinicius
. A resiliência jurisprudencial na observância do dever de fundamentação das decisões.
In: JAYME, Fernando Gonzaga; MENDES, Aluisio; NUNES, Dierle. (Org.). A nova
aplicação da jurisprudência e precedentes no CPC/2015. 1ed.São Paulo: Revista dos
Tribunais, 2017, v. 1, p. 401-414.

NUNES, Dierle, et alli. Novas tendências do processo civil: estudos sobre o Projeto do
Novo Código de Processo Civil. Vols. I a III. Salvador: Juspodium.

NUNES, D. J. C. ; ANDRADE, É. . Os contornos da estabilização da tutela provisória de
urgência antecipatória no novo CPC e o mistério da ausência de formação da coisa
julgada. In: Helena Lanna Figueiredo. (Org.). Cadernos da EJEF - Curso Jurídico do Novo
CPC. 1ed.Belo Horizonte: Cadernos da Ejef - Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 2016,
v. 01, p. 243-280.

PISANI, Andrea Proto. *Le Tutele Giurisdizionali dei Diritti*. Studi. Napoli: Jovene Editore,
2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *O Processual Civil Brasileiro*: No Limiar do Novo
Século. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

Área de Estudo: D-04 – Direito e Processo Coletivo no Estado Democrático de Direito

Referências temáticas

- 1) Evolução histórica das ações coletivas no Direito Constitucional brasileiro;
- 2) Políticas públicas como meio de defesa dos direitos coletivos e acesso à justiça;
- 3) Os legitimados ativos e a atuação em defesa dos direitos da coletividade e minorias excluídas;
- 4) Aspectos controvertidos da competência na sistemática processual brasileira de defesa dos direitos coletivos em sentido lato;
- 5) Elementos de identificação das ações coletivas e os institutos da conexão, continência e litispendência;
- 6) As controvérsias quanto a extensão da coisa julgada nos processos coletivos;
- 7) A execução das sentenças coletivas na sistemática processual brasileira;
- 8) O novo Código de Processo Civil e os institutos de tratamento coletivizado dos direitos;

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Direito material coletivo: superação da summa divisio direito público e direito privado por uma nova summa divisio constitucionalizada*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: direito processual coletivo e direito processual público*, São Paulo: Saraiva, vol. 2, tomo III, 2010.

BUFFARINI, Paula. Âmbito de la tutela coletiva. In: OTEIZA, Eduardo (coord.). *Procesos Colectivos*. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 2006, p.63.

DIDIER JÚNIOR, F; MOUTA, José Henrique e MAZZEI, Rodrigo (coord.). *Tutela jurisdicional coletiva*. Salvador: Jus Podium, 2012.

GIDI, Antonio. A class action como instrumento de tutela coletiva dos direitos: as ações coletivas em uma perspectiva comparada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GIDI, Antonio, THESHEINER, José Maria et THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho (org.). *Processos coletivos: ação civil pública e ações coletivas*. Porto alegre: Livraria dos Advogados, 2015.

LEONEL, Ricardo de Barros. Manual do processo coletivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SILVEIRA, Ricardo Geraldo Rezende. Execução coletiva: teorias e novas perspectivas. Curitiba; Juruá, 2012.

THEODORO JÚNIOR, Humberto (coord.). Processo civil brasileiro: novos rumos a partir do CPC/2015. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

ZAVASCKI, Teori Albino. Processo Coletivo: tutela de interesses coletivos e tutela coletiva de direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Área de Estudo: D-05 - Acesso à Justiça, Direitos Humanos e Soluções Consensuais de Conflitos

Referências temáticas

- 1) Acesso à Justiça pela via dos direitos, conflitos e tecnologia.
- 2) As vias restaurativas e as Mediações: justiça, administração e gestão, economia política, cultura e meios.
- 3) Acesso à Justiça, Poder Judiciário e Direitos humanos.
- 4) Políticas públicas, tecnologia e acesso à justiça efetivo.
- 5) Harmonia coercitiva, modelos jurídicos e a economia política.
- 6) Solução de conflitos e acesso à Justiça e aos direitos da infância, adolescência e juventude.

Referências bibliográficas

ALVES, Marco Antônio Sousa; LIMA, Flávio Alves de Paula. Como aplicar o direito? : para uma crítica ao modelo silogístico. In: XX ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, Belo Horizonte, 2011. Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis/SC: Fundação Boiteux, 2011. p. 9662 - 9679. Disponível em http://ufmg.academia.edu/MarcoAntonioSousaAlves/Papers/1083293/Como_aplicar_o_direito_para_uma_critica_ao_modelo_silogistico. Acesso em: 16 de junho de 2018. __ idem: BRASILEIRO, Ricardo Adriano Massara; ALVES, Marco Antônio Sousa. “Materialidades discursivas e modelos processuais, oralidade, escrita e informática”. Revista da Faculdade De Direito Milton Campos, Nova Lima, v. 24, p. -348, 2012.

BENTES, Hilda H. Soares; SALLES Sérgio S (orgs), *Mediação e Educação em Direitos Humanos*, Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2012.

Carr, Nicholas. *The Shallows: What the Internet Is Doing to Our Brains*, 2010, Publisher: W.W. Norton & Company.

FARIA, José Eduardo. *Direito e Justiça no século XXI: a crise da Justiça no Brasil*. Texto apresentado no Colóquio Internacional – Direito e Justiça no Século XXI, Coimbra, 29 a 31 de maio de 2003. __ idem: *Justiça e Conflito. Os juízes em face dos novos movimentos sociais*. RT Editora, 1992. __ idem: FARIA, José Eduardo (org.) *Direito e Globalização Econômica – Implicações e perspectivas*. Malheiros Editores, 1a ed., 4a tiragem, 2015.

FILHO, Antônio Escrivão; SOUSA JR., José Geraldo. Para um debate teórico-conceitual e

politico sobre os Direitos Humanos. D'plácido Editora, 2016.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa Gustin; LOPES, Mônica Sette e NICÁCIO, Camila Silva (orgs.). Eficiência, eficácia e efetividade: velhos desafios ao novo Código de Processo Civil - Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

GUILLAUME-HOFNUNG, Michèle. A mediação. Editora RTM, 2018.

NADER, Laura, "Harmonia Coerciva: a economia política dos modelos jurídicos", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 29, ano 9, 1994, p. 18-29.

NICÁCIO, Camila Silva. De 'alternativa' a modo primeiro de resolução de conflitos: horizontes da mediação para além de sua institucionalização. In: BRAGA NETO, Adolfo. Mediação, uma experiência brasileira. São Paulo: CLA Editora, 2017. P. 23-28 __ idem: NICÁCIO, Camila Silva, "Direito e mediação de conflitos: entre metamorfose da regulação social e administração plural da justiça". *Revista da Faculdade de direito da UFMG*, Belo Horizonte, n° 59, jul./dez. 2011, p. 11-56

PEDROSO, J., TRINCÃO e DIAS, J.-P. 2001. Percursos da informalização e da desjudicialização, por caminhos da reforma da administração da justiça (análise comparada), Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais (CES), Coimbra; __ idem: 2002. O acesso ao direito e à justiça : um direito fundamental em questão, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Coimbra; __ idem: 2001. Percurso da (s) reforma (s) da administração da justiça : uma nova relação entre o judicial e o não judicial, Coimbra, Observatório permanente da justiça portuguesa, Centro de Estudos Sociais (CES), disponível no endereço www.ces.uc.pt/observatorios, consultado no dia 16 de junho de 2018

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da Justiça*. São Paulo: Cortez, 2007. __ idem: A crítica da razão indolente, contra o desperdício da experiência, São Paulo, Cortez.

SENA ORSINI, Adriana Goulart de. (coord.) *Justiça do Século XXI*. São Paulo: LTr, 2014.

SLAKMON, Catherine e *alii.* (dir.). *Justiça Restaurativa*. Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2005.

SOLER, Raul Calvo. *Mapeo de Conflictos*. Técnica para la exploración de los conflictos. Barcelona: Editorial Gedisa S.A, 2014.

VIEIRA, Marcelo de Mello. BARCELOS, Paulo Tadeu Righetti. (orgs.) *Direito da criança e do adolescente: estabelecendo pontes entre o direito privado e o direito infantojuvenil*. Ed. D'Plácido, 2017.

Área de Estudo: D-06 – Administração da Justiça, Governança e Políticas Públicas

Referências temáticas

- 1) Transformações do constitucionalismo ocidental: Neoconstitucionalismo: constitucionalismo principialista (“noeconstitucionalismo”) e constitucionalismo garantista.
- 2) “Do estado de direito ao Estado Constitucional: do direito por regras ao direito por princípios” e o papel do Poder Judiciário na teoria constitucional de Gustavo Zagrebelsky.
- 3) O Poder Judiciário com agente de transformação social. As cortes constitucionais como espaço de promoção dos direitos humanos. A experiência paradigmática da Corte Constitucional Colombiana: a sentença T-025 (2004).
- 4) Fundamentos teórico-constitucionais do controle constitucional de políticas públicas (inconstitucionalidade sistêmica) e o papel dos tribunais na determinação de compatibilidade das políticas sociais com obrigações jurídicas.
- 5) Fundamentos para uma teoria do diálogo judicial (comunicação transjudicial) em Gisbert (R.B. Gisbert): a) os diálogos judiciais como processo deliberativo coletivo e de mera conversação; b) a obrigatoriedade da “comunicação transjudicial” num contexto de pluralismo constitucional.
- 6) O Sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – Sistema Ninter como instrumento de participação dos sindicatos na administração da justiça: princípios
- 7) Princípios filosóficos e político-constitucionais Sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista- Sistema Ninter. O papel de tais instituições nas políticas de administração de justiça consensual (políticas de tratamento adequado dos conflitos laborais) instituídas pela Resolução 174/16, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e implementadas/executadas pelos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (NUPEMECs) e pelos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSCs).
- 8) A cooperação judiciária como estratégia de administração da justiça na organização judiciária brasileira: dimensões processual e extraprocessual. (NCPC/2015; Recomendação 38 do CNJ).
- 9) Constituição econômica como extensão da constituição política no pensamento de Vital Moreira: priorização das políticas públicas (e dos direitos fundamentais sociais) como fundamento do controle judicial de políticas econômicas?

Referências bibliográficas

PIETRO SANCHIS, Luis. El constitucionalismo de los derechos: ensayos de filosofía Jurídica. Madrid: Trotta, 2013 (5 primeiros capítulos).

ZAGREBELSKY, Gustavo. El Derecho dúctil. Trad. Marina Gascón. 6. ed. Madrid: Editorial Trotta, 2005. “Del estado de derecho al estado constitucional” p 21-41; “El derecho por principios” p. 109- 126.

GARAVITO, César Rodrigues. La globalización del estado de derecho – El neoconstitucionalismo, el neoliberalismo y la transformación institucional en América Latina. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Derecho, Centro de Investigaciones Sociojurídicas, Ediciones Uniandes, 2008.

GARAVITO, César Rodríguez; FRANCO, Diana Rodríguez. Cortes y cambio social – Cómo la Corte Constitucional transformó el desplazamiento forzado en Colombia. Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, 2010. (Capítulo 1, Las cortes y el cambio social estructural; Capítulo 2: el desplazamiento forzado y la intervención de la Corte Constitucional; Capítulo 3: El efecto creador: la Corte y la construcción del desplazamiento como problema de derechos humanos; Capítulo 7: El efecto de política pública: la Corte y el diseño, la implementación y la evaluación de los programas).

OSUNA, Néstor. “Las sentencias estructurales. Tres ejemplos de Colombia” IN BAZAN, Víctor. Justiça constitucional y derechos fundamentales – la protección de los derechos sociales. Las sentencias estructurales. Bogotá: FUNDACIÓN KONRAD ADENAUER, 2015 . pp. 91-116.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves; GONÇALVES, Gabriel Accioly. Inconstitucionalidade sistêmica e multidimensional: transformações no diagnóstico das violações à Constituição, in Revista Juris Poiesis ano 18, n° 18, jan-dez.2015 ISSN 1516-6635, pp. 130-159.

COMISIÓN INTERNACIONAL DE JURISTAS. Los tribunales y la exigibilidad legal de los derechos económicos, sociales y culturales – experiencias comparadas de justiciabilidad. Ginebra: CIJ, 2009. pp. 85- 102.

GISBERT, Rafael Bustos. “XV Propositiones generales para una teoría de los diálogos judiciales”, in Revista Española de Derecho Constitucional ISSN: 0211-5743, núm. 95, mayo-agosto (2012), págs. 13-63

LUPI, André Lipp Pinto Basto. O transjudicialismo e as cortes brasileiras: sinalizações dogmáticas e preocupações zetéticas. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.4, n.3, 3º quadrimestre de 2009. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Pressupostos filosóficos e político-constitucionais do sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – teoria e prática da razão dialógica e do pensamento complexo na organização do trabalho e na administração da justiça: democracia integral e ética de responsabilidade social. São Paulo: LTr, 2014,

(Capítulo I).

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. O sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista: Do fato social ao instituto jurídico: uma transição neoparadigmática do modelo de organização do trabalho e da administração da justiça.. 1. ed. São Paulo: LTr, 2014. v. 2. (Capítulos 4 e 5)

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Modificações Relativas à Extinção do contrato de trabalho instituídas pela lei n. 13.467/2017: dispensa individual e coletiva, distrato e direitos rescisórios (Item 5. O procedimento de jurisdição voluntária para homologação judicial de acordos extrajudiciais), in HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela M. de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo (coords.). Direito do trabalho e processo do trabalho. São Paulo: LTr, 2017, pp. 249-260. –

VASCONCELOS, Antônio Gomes de; GOMES, Marcella F. M.. “Mediação judicial trabalhista”, IN SOUZA, Cláudia M. G.; JAYME, Fernando G.; SCHIMIDT, Martha H. F. M; PEREIRA, Rita Andréa G. C. Mediação de conflitos – a emergência de um novo paradigma. Belo Horizonte: Del Rey, 2016., pag. 69-88.

FONTES NORMATIVAS:

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO QUE INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E SEU f) PROPOSTA DE “REGULAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA”. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/e5d4a8_41c4e9bf6a63442653296df518410994.pdf >.

VITAL, Moreira. “Economia e Constituição – para o conceito de constituição econômica” (Cap. V: Constituição econômica e constituição política), Boletim de Ciências Econômicas (Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra – Volume XIX, 1976.

CHESNAIS, François: Introdução; O Capital portador de juros – acumulação, internacionalização, efeitos, econômicos e políticos; BRUNHOFF, Suzanne de: A instabilidade monetária internacional; CAMARA, Mamadou et SALAMA, Pierre; IN CHESNAIS, François. A Finança mundializada – raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Controle Judicial de Políticas Públicas: sobre os riscos da vitória da semântica sobre o normativo, Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 14, n. 14, p. 387-408, julho/dezembro de 2013.

Área de Estudo: D-07 – Hermenêutica jurídica nas matrizes fenomenológica e epistemológica: interação entre saberes em prol da efetividade dos direitos humanos e fundamentais.

Referências temáticas

- 1) A teoria da interpretação de Emilio Betti.
- 2) A Hermenêutica na matriz fenomenológica.
- 3) A Hermenêutica e o meio ambiente.
- 4) Hermenêutica e processo no âmbito dos poderes estatais.
- 5) A Hermenêutica e a Bioética.
- 6) Hermenêutica e linguagem.
- 7) A Hermenêutica e a Literatura.
- 8) A Hermenêutica da afetividade: do texto à existência.
- 9) Hermenêutica e poder na ordem política.
- 10) A Hermenêutica da paz na busca de soluções judiciais e extrajudiciais inspiradas na justiça.

Referências bibliográficas:

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada Literatura*. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A compreensão virtuosa do direito. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 97, n. 03, p. 71-104, jan./jun. 2008.

_____. *A fenomenologia e a hermenêutica jurídica*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 2007.

_____. A teoria da interpretação jurídica: um diálogo com Emilio Betti. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 91, n. 06, p. 145-169, jan./jun. 2005.

_____. Hermenêutica jurídica e linguagem: nas dobras da fala com Merleau-Ponty. In: MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva (Org.). *Temas de Hermenêutica Jurídica*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2013. p. 17-42.

_____. Introdução à ontologia heideggeriana e ao meio ambiente: abertura do ser para o infinito da existência com o outro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 99-B, n. 09, pp.209-227, jul./dez. 2009.

_____. O induzimento como forma de violência e injustiça no processo juspoltico. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 100, n. 10, p. 173-216, jan./jun. 2010.

_____. *Um diálogo da Hermenêutica com a Literatura: em busca da justiça*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

_____. Uma recordação da retórica no Fedro de Platão ou a força de resposta do discurso juspoltico inspirado na ideia de justiça. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 98, n. 12, p. 337-360, jul./dez. 2008.

Área de Estudo: D-08 – Antropologia do Direito, Interlegalidades e Sensibilidades Jurídicas

Referências temáticas

- 1) Tripé da juridicidade e gradação normativa: normas gerais e impessoais; modelos de condutas e comportamentos; sistemas de disposições duráveis ou habitus.
- 2) Utilitarismo e pluralismo na gênese da produção normativa: entre o don (dádiva) e a obrigação.
- 3) Etnografias no campo jurídico: contribuições e impasses a uma interpretação pluralista do direito.
- 4) Na contramão do panjuridismo e do epistemicídio: produção do direito e questão indígena.
- 5) Desmaterialização do direito e contratualismo: a função instituinte do direito em xeque.
- 6) Antropologia política: a produção do direito nas sociedades organizadas contra o Estado.
- 7) A cultura e os modos de resolução de conflitos.
- 8) Relativismo das culturas e universalismo da humanidade.
- 9) A normatividade agroalimentar em perspectiva: transversalidade, cultura e sociedade.
- 10) A produção do direito tomada de assalto pelo religioso: o pluralismo à prova da liberdade religiosa.

Referências bibliográficas

MAUSS, Marcel. Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. Paris: Quadrige/PUF, 2007.

CLASTRES, Pierre. La société contre l'état. Paris: Les éditions de Minuit, 1974.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

Machado, Máira Rocha (Org.). Pesquisar empiricamente o direito. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

LE ROY, Etienne. Le jeu des lois, une anthropologie 'dynamique' du droit. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, L.G.D.J, Droit et Société, n° 28, 1999, p. 177-219.

NICÁCIO, Camila S. Des normes et des liens. Médiation et complexité juridique. Saarbrücken: Presses académiques francophones, 2013.

ORO, A. P.; STEIL, C. A.; CIPRIANI, R.; GIUMBELLI, E. (Orgs.). A Religião no Espaço Público - Atores e Objetos. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

SEGATO, Rita Laura, "Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento dos direitos universais". Mana, n.1, vol. 12, abr/2006, p. 207-236.

CHASE, Oscar G. Direito, cultura e ritual. Sistemas de resolução de conflitos no contexto da cultura comparada. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

SUPIOT, Alain. Homo juridicus, essai sur la fonction anthropologique du droit. Paris: Seuil, 2005.

MONTANARI, Massimo (org.). O mundo da cozinha: história, identidade, trocas. Tradução Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade: Senac, 2009.

Área de Estudo: D-09 – Comunicação, Produção Normativa e Multimedialidade

Referências temáticas

- 1) Direito, tecnologia da informação, publicidade/privacidade
- 2) Elaboração legislativa no Estado Democrático do Direito
- 3) A comunicação no diálogo entre as fontes do direito
- 4) Linguagem do direito, multimedialidade e legislação multinível
- 5) Formação e tempo do direito e opinião pública
- 6) Avaliação Legislativa: interesses, contingências e métodos

Referências bibliográficas

DELLEY, Jean-Daniel. *Pensar a lei, introdução a um procedimento metódico. Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 101-143, jan./jun. 2004.

HESPANHA, António Manuel. *O caleidoscópio do direito: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje*. Coimbra: Almedina, 2007

LOPES, Mônica Sette. A formação do juiz para a oralidade: relato, memória e pedagogia do direito não escrito. In: MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva, DELGADO, Maurício Godinho, PRADO, Ney, ARAÚJO, Carlos (Coord.). *A efetividade do direito e do processo do trabalho*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 137-177. (Disponível na biblioteca virtual do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região)

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem* (understanding media). Trad. Décio Pignatari. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

McQUAIL, Denis. *Teoria da Comunicação de Massas*. Trad. de Carlos de Jesus. Revisão científica de Cristina Ponte. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

OST, François. *O tempo do direito*. Trad. Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 2001

MENEGUIN, Fernando Borato et alii. Avaliação de impacto: cenários e perspectivas para sua aplicação. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535244>

RADAEELLI, Claudio. Diffusion without convergence: how political context shapes the adoption of regulatory impact assessment. Disponível em :

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13501760500161621?scroll=top&needAccess=true> Acesso em 22.06.2018.

SOARES, Fabiana de Menezes. Simplificação e elaboração da legislação tributária infralegal: notas sobre o acesso ao direito vigente e a gestão da elaboração legislativa pelo Executivo. *Caderno de Finanças Públicas*, n. 12, dez.2012, p. 219-245. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas>. Acesso em 22.06.2018.

Área de Estudo: D-10 – As Relações na Cidade, a Alteridade, o Usufruto Equitativo e o Meio Ambiente

Referências temáticas

- 1) Políticas públicas de assentamentos e reassentamentos em aglomerados urbanos
- 2) Trabalho da população em situação de rua
- 3) Comunidades tradicionais em áreas urbanas
- 4) Impactos e conflitos socioambientais da mineração em áreas urbanas
- 5) Ocupações urbanas: legalidade/ilegalidade
- 6) Direito à cidade
- 7) Usufruto equitativo da cidade e o princípio da justa distribuição dos encargos e benefícios decorrentes do processo de urbanização
- 8) Expansão urbana e justiça socioespacial
- 9) Planejamento urbano, instrumentos jurídicos e sustentabilidade
- 10) Espaços ambientais protegidos e paisagem nas cidades

Referências bibliográficas

ACSERLALD, Henri. Discursos da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 01, p. 79-90, mai. 1999.

BORJA, Jordi. *Revolución urbana y derechos ciudadanos*. Madrid: Alianza Editorial, 2013.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

FERNANDES, Edésio. Os desafios de regularização fundiária de assentamentos informais consolidados. *Revista AU*. São Paulo: Pini, set. 2009.

GAIO, Daniel. *A interpretação do direito de propriedade em face da proteção constitucional do meio ambiente urbano*. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini; ALMEIDA, Gregório Assagra de; GUSTIN, Miracy; LIMA, Paulo César Vicente de; IENNACO, Rodrigo. *Direitos Fundamentais das Pessoas em Situação de Rua*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

GUSTIN, Miracy B. S. *Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito*. 2.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. *Caderno Metropolitano*, São Paulo, vol. 14, nº 28, p. 463-483, jul.-dez. 2012. LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 4ª ed. São Paulo: Documentos, 2006.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

OSORIO, Letícia Marques. O direito à moradia como direito humano. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Org.). *Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e efetivar*. Belo Horizonte: Fórum, 2014, p. 39-68.

LINHA DE PESQUISA 3
HISTÓRIA, PODER E LIBERDADE

Área de Estudo: H-01 – Tempo, Espaço e Constituição: Perspectivas Críticas e Desdobramentos Dogmáticos.

Referências temáticas

- 1) Tensão entre normatividade e realidade na teoria crítica da constituição;
- 2) Interseccionalidade;
- 3) Transmodernidade e decolonialidade.
- 4) Modernidade: entre imperativos sistêmicos e expectativas normativas igualitárias;
- 5) Captura liberal e feminismos outros;
- 6) Pensamento liminar;
- 7) Direito e espaço;
- 8) Colonialidade do saber, do poder e do ser;
- 9) Giro espacial, feminista e decolonial do Direito;
- 10) Teoria social brasileira e o problema da modernidade.

Referências bibliográficas

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição*. Belo Horizonte: Arraes, 2017, cap. 2 a 5.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUSSEL, Enrique. *Filosofías del Sur. Descolonización y transmodernidad*. México: Akal, 2016, Tercera Parte, cap. 10.

GOMES, David F. L. Excurso sobre a Modernidade: entre imperativos sistêmicos e expectativas normativas igualitárias. In: GOMES, David F. L. A Constituição de 1824 e o Problema da Modernidade: o Conceito Moderno de Constituição, a História Constitucional Brasileira e a Teoria da Constituição no Brasil. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: UFMG,

2016, p. 184-239. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-APCQFW/david_f_l_gomes_a_constitui_o_de_1824_e_o_problema_da_modernidade.pdf?sequence=1>

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3), 320, set-dez 2014, p. 935-952.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais - Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, Parte 1.

PHILIPPOPOULOS-MIHALOPOULOS, Andreas. Quem tem medo do espaço?. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, n. 70, 2017, p. 635-666.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda; CARVALHO NETTO, Menelick de. Conferências. *III Congresso de Direito Constitucional e Filosofia Política*. Curitiba, UFPR e UFMG, 26/10/2017 (Disponível em https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1947399758831422&id=139144537109353).

TAVOLARO, Sergio B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *RBCS*, v. 20, n. 59, out. 2005, p. 5-22.

Área de Estudo: H-02 – Filosofia Radical e Teoria Crítica do Direito e do Estado

Referências temáticas

- 1) Biopolítica e estado de exceção.
- 2) Teologia política e violência fundadora e mantenedora do direito.
- 3) Democracia radical: multidão, comum e potências desinstituintes.
- 4) Desobediência, revolução ou reformismo?
- 5) Governo de si e dos outros: condutas e contracondutas.
- 6) Crítica ao capitalismo e à subjetivação (neo)liberal.
- 7) Decolonialismos: crítica à Modernidade, ao universalismo e à Razão.
- 8) Críticas feministas e queer ao direito e lutas (anti)identitárias.
- 9) *Habitus* e cumplicidade estrutural dos agentes do direito: da educação jurídica ao Poder Judiciário.
- 10) Teorias da sujeição e produção de sujeitos marginais.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência (1921). In: BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. Trad. Ernani Chaves. São Paulo: 34, 2011, p. 121-156.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989 [Cap. VIII. A força do direito, p. 209-254]

BUTLER, Judith *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. [Introdução, p. 9-39, Circuitos da má consciência (Nietzsche e Freud), p. 69-88 e Sujeição, resistência, resignificação (Entre Freud e Foucault), p. 89-112].

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 10 ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro. [Prefácio; Cap. 1. Sujeitos do sexo/gênero/desejo, p. 7-70]

ESPOSITO, Roberto. *Bios: biopolítica e filosofia*. Trad. Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: UFMG, 2017 (Cap. 1: O enigma da biopolítica, p. 19-58).

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder (1982). In: DREYFUS; H. & RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249 (Texto disponível também nos Ditos e Escritos).

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre-lesco-Pensar, pp. 63-91, 2007.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005. (Parte 2: Multidão, pp. 137-290).

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Estado de exceção, desobediência civil e desinstituição: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte. In: *Revista Direito e Práxis*, vol. 7, nº 4, Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pp. 43-95, outubro/dezembro de 2016. Disponível em:
<https://ufmg.academia.edu/AndityasSoares>

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade: uma aposta an-árquica na multidão*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

Área de Estudo: H-03 – Internacionalização do Direito, Justiça de Transição e Jurisdição Constitucional na consolidação da Democracia

Referências temáticas

- 1) Transição Política Brasileira, Constitucionalização, Democracia sem espera;
- 2) Transitologia e Justiça de Transição;
- 3) Constitucionalismo, Justiça de Transição e Estado de Direito;
- 4) Constitucionalismo Democrático e Transnacionalização do Direito;
- 5) Judicialização da Política e Juristocracia;
- 6) Poder Judiciário, Autoritarismo e Reformas Institucionais;
- 7) Constituição Brasileira de 1988, Jurisdição Constitucional e Teorias da Argumentação Jurídica;
- 8) Ponderação de Valores, Construtivismo Jurídico e Teoria Discursiva do Direito;
- 9) Responsabilização, Crimes contra a Humanidade e Justiça de Transição;
- 10) Constitucionalismo, Instabilidade e Autoritarismo. Direito Constitucional Comparado.

Referências bibliográficas

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Democracia sem espera e processo de constitucionalização: uma crítica aos discursos oficiais sobre a chamada “transição política brasileira”. BRASIL. Comissão de Anistia. Ministério da Justiça. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. N. 3 (jan./jun. 2010). Brasília: Ministério da Justiça, 2010, p. 200-230.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Devido Processo Legislativo**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.

GUIMARÃES, José Otávio Nogueira. PAIVA, Cláudia. GUERRA, Maria Pia (orgs). **Justiça de Transição na América Latina: Panorama 2015**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016.

MEYER, Emilio Peluso Neder. **A decisão no controle de constitucionalidade**. São

Paulo: Método, 2008 (caps. III, IV e V).

MEYER, Emilio Peluso Neder. Criminal Responsibility in Brazilian Transitional Justice: A Constitutional Interpretative Process under the Paradigm of International Human Rights Law. **Indon. J. Int'l & Comp. L.**, v. 4, 2017, p. 41-71.

MEYER, Emilio Peluso Neder. **Decisão e Jurisdição Constitucional**: Crítica às Sentenças Intermediárias, Técnicas e Efeitos do Controle de Constitucionalidade em Perspectiva Comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

MEYER, Emilio Peluso Neder. **Ditadura e Responsabilização**: Elementos para uma Justiça de Transição no Brasil. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

MEYER, Emilio Peluso Neder (org.). **Justiça de Transição em Perspectiva Transnacional**. Belo Horizonte: Centro de Estudos sobre Justiça de Transição, Secretaria da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2017.

MEYER, Emilio Peluso Neder. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (orgs.). **Justiça de Transição nos 25 Anos da Constituição de 1988**. 2ª ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2014. Introdução (p. 9-36); Capítulo X (p. 350-412); Capítulo XV (p. 526-568).

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SAUNDERS, Cheryl. The Use and Misuse of Comparative Constitutional Law. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, vol. 13, n. 1, 2006, p. 37-76.

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de. SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. PAIXÃO, Cristiano. FONSECA, Livia Gimenes Dias da. RAMPIN, Thalita Tatiana Dias (orgs.). **O Direito Achado na Rua**: Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina. Brasília: UnB, 2015, v. 7.

TEITEL, Ruti G. **Transitional Justice**. Nova Iorque: Oxford University Press: 2002.

Área de Estudo: H-04 – Direito Internacional Privado, Direito Comparado, Estudos Culturais e Jusfilosóficos

Referências temáticas:

- 1) Universalismo ocidental e relativismo cultural: dimensões políticas e jusfilosóficas
- 2) 'Cosmopolitismo como devir': do direito internacional ao direito cosmopolita
- 3) Globalização, contextos identitários e conflito de culturas
- 4) Os grandes sistemas jurídicos contemporâneos: visões analíticas e críticas
- 5) Cultura jurídica e os direitos dos BRICS
- 6) Filosofia da hospitalidade e diversidade cultural
- 7) Reavaliação dos métodos, novas perspectivas no direito comparado e suas contribuições para o direito internacional
- 8) Direito internacional privado, governança global e migrações
- 9) Direitos à diversidade e direito fraterno
- 10) Mobilidade, diversidade e minorias: intersecções da filosofia, estudos culturais e direito internacional privado.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999; idem, *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BROCHADO, Mariah. Teoria geral da política. In: *Filosofia do direito e formação humanística*. BROCHADO, Mariah et al. Curitiba: Editora CRV, 2016.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Le Relatif et l'Universel: les forces imaginaires du droit*. Paris: Seuil, 2004; idem, *Le pluralisme ordonné*. Paris: Seuil, 2006 (Trad. Inglês: Ordering pluralism: a conceptual framework for understanding the transnational legal world. Oxford, London: Hart, 2009).

DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. Trad. Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003; idem, *Politiques de L'Amitié*. Paris: Galilée, 1995.

JAYME, Erik. Identité culturelle et intégration: le droit international privé postmoderne. Cours général de droit international privé. In: *Recueil des cours*, vol 251 (1995), p.9-267.

JULLIEN, François. *O diálogo entre as culturas: do universal ao multiculturalismo*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

KANT, Immanuel. *Ideas para una historia universal en clave cosmopolita y otros escritos sobre filosofia de la historia*. (Ideen Zur Einer Allgemeinen Geschichte in Weltbürgerlicher Absicht). Trad. Concha R. Panadero e Roberto R. Aramayo. 2ª ed. Madrid: Tecnos, 1994.

LEGRAND, Pierre. *Le Droit Comparé*. Paris: Puff, 2009; idem, Paradoxically, Derrida: For a Comparative Legal Studies. In: *Cardozo Law Review*, vol.27, 2005. p-631-53; idem, How to compare now, in *Legal Studies* vol.16, n. 2, 1996, p.232-242.

LOSANO, Mario G. *Os Grandes Sistemas Jurídicos*. Trad. Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MICHAELS, Ralf. Global legal pluralism. In: *Review of Law and Social Science*, vol. 5, 2009, p.243-262.

MILLS, Alex. The Private History of International Law. In: *International and Comparative Law Quarterly*, vol. 55, n 1, 2006, p. 1-50.

MUIR-WATT, Horatia. La fonction subversive du droit compare. In: *Revue internationale de droit comparé*, vol.52, n.3, 2000, p. 503-527; idem, Private international law beyond the schism, In: *Transnational legal theory* vol. 2, n.3, 2011, p.347-428.

POLIDO, Fabrício; RAMOS, Marcelo (ed.). *O Direito Chinês Contemporâneo*. 1.ed. Lisboa/São Paulo: Almedina, 2015.

SOUSA SANTOS, Boaventura; RODRÍGUEZ-GARAVITO, César A. (ed.). *Law and globalization from below: Towards a cosmopolitan legality*. Cambridge University Press, 2005.

RAJAGOPAL, Balakrishnan. *International law from below: Development, social movements and third world resistance*. Cambridge University Press, 2003.

RILES, Annelise (ed). *Rethinking the masters of comparative law*. Oxford/Cheltenham: Hart, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

Área de Estudo: H-05 – Ordem Jurídica Transnacional e Tecnologia

Referências temáticas

- 1) Estado, ordem jurídica transnacional e a construção da governança global da internet. Pluralismo jurídico, identidades e fragmentação do direito na arquitetura da internet. Valores éticos da sociedade global do conhecimento (*Global Knowledge Society*).
- 2) Interface entre direito internacional privado e direito internacional do trabalho na regulamentação das novas tecnologias e internet.
- 3) Direito internacional privado e propriedade intelectual. Desafios impostos pelas novas tecnologias e pela internet ao método e função do direito internacional privado.
- 4) Compartilhamento e convergência de competências das organizações internacionais e regulamentação das novas tecnologias, trabalho e inovação.
- 5) Agenda da OMPI para o Desenvolvimento e inclusão digital. Questões relativas à harmonização e uniformização das normas da propriedade intelectual nos acesso a bens do conhecimento
- 6) Estudos jurídicos transnacionais, lex informatica e a remodelagem do direito internacional.
- 7) Direito internacional da propriedade intelectual e regimes globais de proteção no Pós-TRIPS. Agenda da OMPI para o Desenvolvimento e novos perfis da elaboração normativa da PI.
- 8) Direito transnacional e estudos jurídicos transnacionais: fundamentos, principais correntes teóricas e agendas
- 9) Estado, “nova lex mercatoria” e arbitragem comercial internacional. Resolução de litígios privados transnacionais em ambientes de novas tecnologias. Experiências das organizações internacionais e centros de arbitragem.
- 10) Transnacionalização das tecnologias e trabalho: perspectivas do direito internacional e governança das organizações.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999; idem, *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BERMAN, Paul Schiff. From International Law to Law and Globalization. *Columbia Journal of Transnational Law*, Vol. 43, 2005, p. 485.

DE NARDIS, Laura. *Protocol Politics: The Globalization of Internet Governance*, MIT Press, 2009.

ENGEL, Christopher e KELLER, Kenneth H. (eds.), *Governance of Global Networks in the Light of Differing Local Values*. Baden-Baden: Nomos 2000.

FAWCETT, J.J. e TORREMANS, Paul. (eds.), *Intellectual Property and Private International Law*, Oxford: Oxford University Press, 2011.

GERVAIS, Daniel (ed.) *International Intellectual Property A Handbook of Contemporary Research Research*. Cheltenham, UK/Northampton, 2015.

GOLDSMITH, Jack L. e WU, Tim. *Who Controls the Internet? Illusions of a Borderless World*. Oxford, New York: Oxford Univ. Press 2006.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: A brief history of tomorrow*. Random House, 2016.

MICHAELS, Ralf. Global legal pluralism. In: *Review of Law and Social Science*, vol. 5, 2009, p.243-262.

MILLS, Alex. *The confluence of public and private international law: justice, pluralism and subsidiarity in the international constitutional ordering of private law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010; idem, *The Private History of International Law*, in *International and Comparative Law Quarterly*, vol. 55, n 1, 2006, p. 1-50.

POLIDO, Fabrício B. P. *Direito Internacional da propriedade intelectual: fundamentos, princípios e desafios*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013; idem, *Direito Internacional Privado nas Fronteiras do Trabalho e Tecnologias*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2018. Disponível em: <<http://irisbh.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Direito-Internacional-Privado-nas-FronteirasEB.pdf>>

SHULTZ, Thomas. *Information Technology and Arbitration*. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2006; idem, *Online Dispute Resolution: Challenges for Contemporary Justice* (com G. Kaufmann-Kohler, The Hague: Kluwer Law International, 2004).

TEUBNER, Gunther. *Global law without a state*. Aldershot: Dartmouth. 1997.

WAI, Robert. Transnational private law and private ordering in a contested global society. In: *Harvard International Law Journal*, 46, 2005. p. 471-486.

Área de Estudo: H-06 – Trabalho e Democracia

Referências temáticas

- 1) Constitucionalismo social, cidadania trabalhista e direitos fundamentais “ao” e “no” trabalho.
- 2) A crítica do Direito do Trabalho, passado e futuro: capitalismo, poder, subjetividade e resistência.
- 3) Repensar os elementos da relação de emprego e o perímetro do Direito do Trabalho.
- 4) Liberdade sindical: atores coletivos, legitimidades e antissindicalidades.
- 5) Instrumentos democráticos no Direito do Trabalho: negociação coletiva e greve, em formas típicas, inovadoras e globais.
- 6) O empregador complexo: redes de exploração e a dissociação entre poder e responsabilidade na desconcentração produtiva e nas novas tecnologias.
- 7) As margens do mundo do trabalho: informalidade, ilegalidade, opressão, pobreza e exclusão jurídica.
- 8) Trabalho escravo contemporâneo: epistemologia e desafios.
- 9) Divisão internacional do trabalho: capitalismo global, fluxos migratórios e as grandes questões do Direito Internacional do Trabalho.
- 10) Identidades, gênero e sexualidade nas relações e regulação do trabalho.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. *Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha*. Disponível em http://www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_2010.pdf.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. *O Direito do Trabalho na filosofia e na teoria social crítica: os sentidos do trabalho subordinado na cultura e no poder das organizações*. São Paulo: LTr, 2014.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARBATO, Maria Rosaria; PEREIRA, F. S. M. A proteção em face de condutas anti-sindicais: a ausência de uma legislação sistemática protetiva e os novos ataques ao

direito fundamental à liberdade sindical. *Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI*: Florianópolis: CONPEDI, 2012. p. 3395-3421.

BAYLOS, Antonio. Globalización y Derecho del Trabajo: realidad y proyecto. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, Madri, n. 15, p. 19-49, 1999.

DAVIDOV, Guy, LANGILLE, Brian (orgs.). *Boundaries and frontiers of Labour Law: goals and means in the regulation of work*. Oxford: Hart, 2006.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. *Trabalho escravo contemporâneo: conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2015.

MURADAS, Daniela. *O princípio da vedação do retrocesso no Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2010.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Fundamentos de Direito Internacional Social: sujeito trabalhador, precariedade e proteção global às relações de trabalho*. São Paulo: LTr, 2016.

SUPIOT, Alain. *O espírito de Filadélfia: a justiça social diante do mercado total*. Trad. Tânia do Valle Tschiedel. Porto Alegre: Sulina, 2014.

VIANA, Márcio Túlio. *Da greve ao boicote e outros pequenos estudos*. Belo Horizonte: RTM, 2017.

Área de Estudo: H-07 – Direito e Interdisciplinaridade

Referências temáticas

- 1) Pessoa, informação e self;
- 2) Pessoa, identidade e mente;
- 3) Pessoa, corpo e valor;
- 4) Pessoa e autonomia/libre-arbítrio;
- 5) Pessoa em questão: liberdade, determinismo e responsabilidade;
- 6) Neuroética: neurociência da ética e ética da neurociência.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Renato César. A ideia de justiça em Schopenhauer. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

CURCHLAND, P. Matéria e consciência: Uma introdução contemporânea à filosofia da mente. Ed. Unesp, 2004.

FLORIDI, Luciano. The Informational Nature of Personal Identity. Minds & Machines, v. 21, n. 4, p. 549-566, 2011.

FLORIDI, Luciano. The Ethics of Information. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GOFFMAN, Erving. The Presentation of the Self in Everyday Life. New York: Doubleday, 1959.

HONNETH, Axel. Reification: A new look at na old idea. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HONNETH, Axel. The I in We: Studies in the Theory of Recognition. Cambridge: Polity, 2012.

HOOD, Bruce. The Self Illusion: How the Social Brain Creates Identity. Oxford University Press, 2012.

INGOLD, Tim. The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill. Abingdon: Routledge, 2011.

LEVY, Neil. Enhancing authenticity. *Journal of Applied Philosophy*, v. 28, n. 3, p. 308-318, 2011.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p.367-423.

MORSE, Stephen. New neuroscience, old problems: legal implications of brain science. 6 *Cerebrum*, p. 81-90 (2004).

PARFIT, Derek. Reasons and Persons. Oxford: Oxford University Press, 1984, p. 197-347.

PEREBOON, Derk. Determinism al dente. *Noûs*, Vol. 29, No. 1 (Mar., 1995), pp. 21-45.

RIBEIRO, Daniel Mendes. De Coisas a Pessoas: Sistemas, Emergência e Reconhecimento a partir de um Estudo da Escravidão no Brasil. Belo Horizonte, UFMG, 2012. (Dissertação de Mestrado).

ROUANET, Sergio Paulo. O Homem Máquina Hoje. In: NOVAES, Adauto. O Homem Máquina: A Ciência Manipula o Corpo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 37-64.

SAVULESCU, Julian. Unfit for the Future: The need for moral enhancement. Oxford: Oxford University Press, 2012.

SAVULESCU, Julian; SANDBERG, Anders; KAHANE, Guy. Well-Being and Enhancement. In: SAVULESCU, Julian; MEULEN, Ruud ter; KAHANE, Guy (Org.). Enhancing Human Capacities. Oxford: Blackwell, 2011, p. 7.

SAVULESCU, Julian; SANDBERG, Anders; KAHANE, Guy. Enhancing Human Capacities. Wiley-Blackwell, 2011, p. 3-67.

SEARLE, John R. Making the Social World: The structure of human civilization. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SINGER, Peter. Ethics and intuitions. *The Journal of Ethics* October 2005, Volume 9, Issue 3-4, pp 331-352.

SPAEMANN, Robert. Persons: The difference between 'someone' and 'something'. Oxford: Oxford University Press, 1996, p. 2 e 17.

STANCIOLI, Brunello. Renúncia ao Exercício de Direitos da Personalidade Ou Como Alguém se Torna o que Quiser. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

STANCIOLI, Brunello; CARVALHO, Nara Pereira. Da Integridade Física ao Livre Uso do Corpo: Releitura de um Direito da Personalidade. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite (Org.). Manual de Teoria Geral do Direito Civil. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 267-285.

TAYLOR, Charles. As Fontes do Self: A construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.

TAYLOR, Charles. The Ethics of Autenticity. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

Área de Estudo: H-08 – Direito Penal, Filosofia do Direito e Interdisciplinaridade

Referências temáticas

- 1) Direito, moral e religião: fundamentos, interseções, distinções;
- 2) Teorias da pena;
- 3) Princípios constitucionais do Direito Penal;
- 4) Democracia e garantismo;
- 5) Imputabilidade;
- 6) Livre-arbítrio, determinismo e (in)exigibilidade de conduta diversa;
- 7) Cultura e natureza humana;
- 8) Ser e dever ser, falácia naturalista;
- 9) Neurociência e crime;
- 10) Psicologia e crime.

Referências bibliográficas

BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro. 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan: 2001. 136p. (§8º a §13º)

FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 768p. (cap. 2, 4 a 8).

VIANNA, Túlio. Um outro direito. Fórum. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

VIANNA, Túlio. Transparência pública, opacidade privada: o Direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 232 p.

VIANNA, Túlio; MATTOS, Geovana Tavares de. A inconstitucionalidades da conduta social e personalidade do agente como critérios de fixação da pena., in Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano, v. 14, p. 305-323, 2008. (disponível em: <www.tuliovianna.org>).

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. BATISTA, Nilo. ALAGIA, Alejandro. SLOKAR, Alejandro. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro:

Revan, 2003. (ZAFFARONI: §1 a 7 e §10 a 12)

ZIMBARDO, Philip. O efeito Lúcifer. Record: 2012. Cap. 12 e 13. PEREBOON, Derk. Free will skepticism and criminal punishment. *in* The Future of Punishment, Thomas Nadelhoffer, ed., New York: Oxford University Press, 2013, pp. 49-78.

HAIDT, Jonathan. The emotional dog and its rational tail. *Psychological Review*. 2001. Vol. 108. No. 4, 814-834

GREENE, Joshua. For the law, neuroscience changes nothing and everything. *Phil. Trans. Royal Society, London. B* (2004) 359, 1775–1785

GREENE, Joshua. From neural 'is' to moral 'ought': what are the moral implications of neuroscientific moral psychology? *Nature Reviews Neuroscience* 4, 846-850 (October 2003).

PINKER, Steven. *Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. Companhia das Letras, 2004. Parte I-IV.

LIBET, Benjamin. Do We Have Free Will? *Journal of Consciousness Studies*, 6, No. 8-9, 1999, pp. 47-57.

Área de Estudo: H-09 – Direito Civil na Interdisciplinaridade

Referências temáticas

- 1) Direito Civil e personalidade.
- 2) Direito Civil e negocialidade: autonomia e proteção confiança.
- 3) História do Direito Civil brasileiro.
- 4) Direito Civil na América Latina e nos países lusófonos: estudos comparativos.
- 5) Teorias da responsabilidade civil.
- 6) Direito privado e justiça distributiva no liberalismo igualitário.
- 7) Direito Civil, laicidade e pluralidade religiosa.
- 8) Ensino do Direito Civil: desafios e possibilidades.
- 9) Direito Civil e codificação.
- 10) Direito Civil e proteção dos vulneráveis.

Referências bibliográficas

CATROGA, Fernando. **Entre Deuses e Césares**: Secularização, Laicidade e Religião Civil. 2. Ed. Lisboa: Almedina, 2010.

COLEMAN, Jules L. "Doing away with tort law". **Loyola of Los Angeles Law Review**, v. 41, p. 1.149-1.170, 2008. Disponível em:
digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5193&context=fss_papers

PEREIRA, Fabio Queiroz. **O Ressarcimento do Dano Pré-Contratual**: interesse negativo e interesse positivo. São Paulo: Almedina, 2017. pp. 95-226.

PEREIRA, Fabio Queiroz; MORAIS, Luísa Cristina de Carvalho; LARA, Mariana Alves (Orgs.). **A Teoria das Incapacidades e o Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 2. ed., Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

REITZ, John C. How to Do Comparative Law. **The American Journal of Comparative Law**, Michigan, Vol. 46, 1998, p. 617-636.

ROBERTO, Giordano Bruno Roberto. Direito Civil e Pobreza: um Diálogo com os Juristas Portugueses Mais Lidos no Brasil Imperial. **Pensar** (UNIFOR), v. 21, 2016, p. 179-199.

ROBERTO, Giordano Bruno Roberto. **Introdução a História do Direito Privado e da Codificação**. 3. ed., Belo Horizonte: Initia Via, 2011.

SCHEFFLER, Samuel. "Distributive justice, the basic structure, and the place of private law". **Oxford Journal of Legal Studies**, v. 35, 2015, p. 213-235.

STANCIOLI, Brunello. **Renúncia ao Exercício de Direitos de Personalidade**: ou Como Alguém se Torna o que Quiser. 2. ed., Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

ZANITELLI, Leandro Martins. Direito privado, justiça distributiva e o argumento da dupla distorção: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, 2015, p. 318-332.

Área de Estudo: H-10 – Direito Político

Referências temáticas

- 1) Definição e conceito de Direito Político
- 2) A ideia de justiça política: eficácia jurídica do princípio democrático.
- 3) Participação política como liberdade fundamental: o Estado da Justiça.
- 4) Educação em Direitos Humanos e sua interação com a natureza das liberdades públicas.
- 5) Estratégias da Justiça Política: Direito Político e direitos políticos
- 6) Justiça Eleitoral: da legitimação pelo procedimento.
- 7) Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais
- 8) Os Direitos Fundamentais na CR/88 sob a égide do Direito Político
- 9) Ética e as relações entre Estado, Política e Cidadania sob a perspectiva do Direito Político
- 10) Direito Político: A Educação em Direitos Humanos e sua conexão com a segurança e certeza do Direito

Referências bibliográficas

ALVES, Adamo Dias; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; GOMES, David Francisco Lopes. Constitucionalismo e Teoria do Estado: Ensaios de História e Teoria Política. Belo Horizonte: Arraes, 2013. A

ÁVILA, Humberto. Teoria da Segurança Jurídica - 4ª Ed. Malheiros, 2016.

AVRITZER, Leonardo; MARJORIE, Marona e GOMES, Lilian. Cartografia da Justiça no Brasil, uma análise a partir de atores e territórios. São Paulo: Saraiva, 2014.

BERCOVICI, Gilberto et al. Teoria da Constituição: estudos sobre o lugar da política no direito constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BROCHADO, Mariah. Ética e as relações entre estado, política e cidadania. Cad. Esc. do Legislativo, Belo Horizonte, vol 12, n 19, p 57-82, julho-dezembro 2010.

BROCHADO, Mariah. Consciência Moral e Consciência Jurídica. Belo Horizonte:

Mandamentos, 2000. 282p

BROCHADO, Mariah; REPOLES, M. F. S. (Org.); GONÇALVES, Gláucio Maciel (Org.); BAMBIRRA, Felipe Magalhães (Org.); DELL'ISOLA, Valéria (Org.); MEDEIROS, Alberto Rezende (Org.). Magistratura. Noções Gerais de Direito e Formação Humanística. Resolução nº 75/2009. 1. ed. Niterói: Impetus, 2012.

BROCHADO, Mariah. Direito e Ética: a eticidade do fenômeno jurídico. São Paulo: Landy, 2005. 247p.

BROCHADO, Mariah; REPOLES, M. F. S. ; GONÇALVES, Gláucio Maciel ; BAMBIRRA, Felipe Magalhães ; DELL'ISOLA, Valéria ; MEDEIROS, Alberto Rezende . Filosofia do Direito I. O Conceito de Justiça, O Conceito de Direito, Equidade, Direito e Moral. In: Mariá Brochado. (Org.). Magistratura. Noções Gerais de Direito e Formação Humanística. Resolução nº 75/2009. Niterói- RJ: Impetus, 2012, v. , p. -.

CATTONI DE OLIVEIRA, M. A. Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes, 2017. v. 1. 131p .

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Art. 1º , Democracia, Comentários. In CANOTILHO, José Joaquim Gomes. MENDES, Gilmar Ferreira. STRECK, Lênio Luiz. SARLET, Ingo Wolfgang (orgs.). Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2014

CAMPOS SILVA, Adriana; STUDART, Paulo Henrique M.; Júlia Rocha de Barcelos. Corrupção e Reforma Política. In: Cristiana Fortini. (Org.). Corrupção e seus múltiplos enfoques jurídicos. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2018, v. 1, p. 232-246.

CAMPOS SILVA, Adriana (Org.); CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (Org.). Constituição e democracia: 25 anos da Constituição brasileira. 1. ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2015. v. 1.

CAMPOS, Adriana; STUDART, Paulo Henrique M.. Reflexões sobre a criação de novos partidos políticos e a distribuição dos recursos do fundo partidário e do tempo de acesso gratuito do rádio e à televisão. In: Patrícia Henriques Ribeiro; Mônica Aragão M. F. Costa; Arthur Magno e Silva Guerra. (Org.). Direito Eleitoral: leituras complementares. 1ed.Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2014, v. 1, p. 99-116.

CAMPOS, Adriana. ANDRADE NETO, João. Liberdade e segurança: o impacto de um conflito (aparente) entre princípios. Justiça em Revista. V.1, p. 88-102, Belo Horizonte, 2010.

CLAVERO, Bartolome. Garantie des Droits: emplazamiento histórico del enunciado constitucional. Madrid: Revista de Estudios Políticos - Nueva Epoca, n. 81, p. 7-21, jul./set., 1993

DERRIDA, Jacques. Force of Law: The “mystical foundation of authority”. In: Drucilla

Cornell (org.) Deconstruction and the Possibility of Justice. New York: Routledge, 1992, pp. 3-67.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HÖFFE, Otfried. Justiça Política. Martins Fontes, São Paulo, 2006.

HONNETH, Axel. Crítica del potere: La teoría della società in Adorno, Foucault e Habermas. Trad. Maria Teresa Sciacca. Bari: Dédalo, 2002.

LUHMANN, Niklas. Legitimação pelo procedimento. Trad. Gustavo Bayer. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

Área de Estudo: H-11 – Modernidade e resistência: direito, política e justiça à luz do marxismo e de outras abordagens críticas

Referências temáticas

- 1) Direito do trabalho e luta de classes: a legalização da classe operária
- 2) A distinção entre ação racional com respeito a fins e ação comunicativa.
- 3) A relação entre sociologia do Direito e teoria da justiça
- 4) Estranhamento e manipulação
- 5) Ontologia do ser social e trabalho
- 6) Revolução social, bonapartismo e a questão da autonomização do estado
- 7) Mercadoria: valor, valor de uso, valor de troca, fetichismo
- 8) Lutas de classes e o elemento jurídico no conflito entre capital e trabalho
- 9) Crítica ao Direito e à igualdade jurídica: a questão do igual padrão de medida
- 10) A crise estrutural do capital em Mészáros

Referências bibliográficas

EDELMAN. **A legalização da classe operária**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17- 151.

HABERMAS, J. Técnica e ciência como “ideologia”. In: HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. São Paulo: Unesp, 2014, p. 75-132.

HABERMAS, J. Concepciones sociológicas del derecho y concepciones filosóficas de la justicia. In: HABERMAS, J. **Facticidad y validez - Sobre el derecho y el Estado democrático de derecho en términos de teoría del discurso**. 5a. ed. Madrid: Trotta, 2008, p. 105-146.

LUKÁCS, György. O estranhamento. In: **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013 p. 577-833.

LUKÁCS, György. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. In: LUKÁCS, LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. In: O Jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro:

Paz e terra, 1997.

MARX, Karl. A mercadoria. In: **O Capital, Livro I**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 113-158.

MARX, Karl. A jornada de trabalho (ítems 5, 6 e 7). In: **O Capital, Livro I**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 337-374.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria de transição. Parte III. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Boitempo: 2011. p 605-659.

LINHA DE PESQUISA 4
ESTADO, RAZÃO E HISTÓRIA

Área de Estudo: E-01 – Teoria da Justiça

Referências temáticas

- 1) Direito e valor.
- 2) Direito e coerção.
- 3) Direito e liberdade.
- 4) Direitos fundamentais.
- 5) Teoria da justiça no pensamento antigo e sua atualidade: a reflexão grega e as instituições romanas.
- 6) Direito e tolerância.
- 7) O problema da justiça no Idealismo Alemão.
- 8) Evolução ética do Estado de Direito.
- 9) Fundamentos filosóficos da hermenêutica jurídica.
- 10) O desenvolvimento do Liberalismo no século XX: limites e impactos para a Teoria da Justiça.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico*; lições de filosofia do direito. Trad. Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

FARALLI, Carla. *A filosofia contemporânea do direito*: temas e desafios. Tradução de Candice Premaor Gullo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MATAMACHADO, Edgar de Godoi da. *Direito e Coerção*. São Paulo: Unimarco, 1999

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de justiça em Kant*: seu fundamento na Liberdade e na igualdade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça no mundo contemporâneo: fundamentação e aplicação do Direito como o Maximum Ético*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

GADAMER, *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 2015

GARGARELLA, Roberto. *As teorias da justiça depois de Rawls: Um breve manual de Filosofia Política*. São Paulo: 2008.

FORST, Rainer. *Contextos da Justiça*. São Paulo: Boitempo, 2010.

Área de Estudo: E-02 – Filosofia do Estado e Cultura Jurídica

Referências temáticas

- 1) Cultura política grega.
- 2) História das instituições políticas romanas.
- 3) O Direito como fundamento do poder político e do poder religioso no Medievo.
- 4) Representação versus Razão: o homem, o justo e a Filosofia Medieval.
- 5) Modernidade, entre Ilustração e Romantismo.
- 6) Política e História em Kant.
- 7) Hegel: dialética, historicidade e racionalidade.
- 8) Direito, coerção e liberdade.
- 9) Razão e destino do Estado de Direito.
- 10) Dignidade humana, entre o ocidental e o universal.

Referências bibliográficas

- COSTA, Pietro. *Civitas: Storia della cittadinanza in Europa*. 4 v. Roma: Laterza, 1999-2002.
- COSTA, Pietro, ZOLO, Danilo (orgs.). *O Estado de Direito*; história, teoria, crítica. Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DUQUE, Félix. *Historia de la Filosofía Moderna*; la era de la crítica. 2. ed. Madrid: Akal, 1998.
- HEGEL, G.W.F. *Filosofia da História*. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. 2. ed. Brasília: EdUnB, 1999.
- HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.
- HORTA, José Luiz Borges; SALGADO, Karine. *História, Estado e Idealismo Alemão*. Belo Horizonte, EdUFMG, 2017.
- MATA MACHADO, Edgar de Godói da. *Direito e Coerção*. 2. ed. São Paulo: Unimarco, 1999.

MAYOS, Gonçal. *Macrofilosofía de la Modernidad*. Sevilla: dLibro, 2012.

REALE, Miguel. *Teoria do Direito e do Estado*. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2000

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de Justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça em Kant; seu fundamento na liberdade e na igualdade*. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de Justiça no Período Clássico; ou Da Metafísica do Objeto: a Igualdade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

SALGADO, Joaquim Carlos; HORTA, José Luiz Borges (Orgs.). *Hegel, Liberdade e Estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

SALGADO, Karine. *A Filosofia da Dignidade Humana*. 2 v. V. I: a contribuição do alto medievo. 1. ed. V. II: porque a essência não chegou ao conceito. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009-11.

SALGADO, Karine. *A Paz Perpétua de Kant*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

Área de Estudo: E-04 – História da Cultura Jurídica

Referências temáticas

- 1) Escrita da história do direito: fontes e desafios da linguagem jurídica.
- 2) Escrita da história do direito: evolucionismo, continuidade, descontinuidade.
- 3) Escrita da história do direito: perspectivas transnacionais.
- 4) Direito penal e cultura jurídica na modernidade.
- 5) Experiência jurídica e política na Idade Média.
- 6) Limites ao poder político, soberania e direito no “Antigo Regime”.
- 7) Legalidade, Estado e cultura jurídica na modernidade.

Referências bibliográficas

DAL RI JÚNIOR, Arno; SONTAG, Ricardo (org.). **História do direito penal entre medievo e modernidade**. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

COHEN, Deborah; O’CONNOR, Maura. Comparative History, Cross-National History, Transnational History - Definitions. In: _____ (eds.). **Comparison and History**. Europe in cross-national perspective. London: Routledge, 2004. p. ix-xxiv.
https://books.google.com.br/books?id=nmFeJXxQ9dsC&pg=PR5&hl=it&source=gb_s_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false

COSTA, Pietro. **Soberania, representação e democracia**: Ensaios de história do direito. Curitiba: Juruá, 2010.

COSTA, Pietro. Os “senhores da lei”. Lei, interpretação e liberdade no iluminismo jurídico. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, n. 69, ago/dez 2016. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1809> Acesso em: 29/05/2017.

COSTA, Pietro. O Estado de Direito: uma introdução histórica. In: COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo (orgs.). **O Estado de Direito**. História, teoria, crítica. Tradução de Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DUVE, Thomas. História do direito europeu – perspectivas globais. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, vol. 60, n. 3, 2015. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/43981> Acesso em: 24/10/2016.

FIORAVANTI, Maurizio (a cura di). **Lo Stato moderno in Europa**: istituzioni e diritto. Roma-Bari: Laterza, 2002. Tradução espanhola: FIORAVANTI, Maurizio (ed.). **El Estado moderno en Europa**. Madrid: Trotta, 2004. Tradução para o português do capítulo “Giustizia criminale”: SBRICCOLI, Mario. **Justiça Criminal. Discursos Sediciosos**, n. 17/18, 2011. p. 459-486

FOLJANTY, Lena. Legal transfers as process of cultural translation: on the consequences of a metaphor. **Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series**, n. 2015-09. Disponível em:
<https://poseidon01.ssrn.com/delivery.php?ID=282093115122108091118117099015090069019088031054017090087071092000085100066000073103023026019052022005116113114091109064114111011066028011020096080127126089127083088086013051126067096008007094124095115014080030079065089087090001024113072021096065091127&EXT=pdf>
Acesso em: 31/05/2017.

FONSECA, Ricardo M.; SEELAENDER, Ailton L. C. L. (orgs.). **História do direito em perspectiva**: do Antigo Regime à Modernidade. Curitiba: Juruá, 2008.

FONSECA, Ricardo M. (org.). **As Formas do Direito**: Ordem, Razão e Decisão (experiências jurídicas antes e depois da modernidade). Curitiba: Juruá, 2013.

GROSSI, Paolo. **A ordem jurídica medieval**. Tradução de Denise Rossato Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GROSSI, Paolo. **L'Europa del diritto**. Roma-Bari: Laterza, 2007. Traduções: GROSSI, Paolo. **Europa y el derecho**. Traducción de L. Giuliani. Barcelona: Critica, 2007.; GROSSI, Paolo. **A history of european law**. Translated by Laurence Hooper. Oxford: Blackwell, 2010.; GROSSI, Paolo. **L'Europe du droit**. Traduit par Sylvie Taussig. Paris: Seuil, 2011.

GROSSI, Paolo. **O direito entre poder e ordenamento**. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2ª ed. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

GROSSI, Paolo (a cura di). **Storia sociale e dimensione giuridica**. Milano: Giuffrè, 1986. Disponível em: <http://www.centropgm.unifi.it/biblioteca/022/index.htm> Acesso em: 31/05/2017.

HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do Leviathan**: instituições e poder político em Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012.

HESPANHA, António Manuel (org.). **Justiça e litigiosidade**: história e prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

PIHLAJAMÄKI, Heikki. Comparative contexts in legal history: are we all comparatists now? **Sequência**, n. 70, jan-jun 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552015000100057
Acesso em: 06/06/2016. p. 58-73

SONTAG, Ricardo. A escola positiva italiana no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX: a problemática questão da “influência”. In: MECCARELLI, Massimo; PALCHETTI, Paolo (ed.). **Derecho en movimiento**: personas, derechos y el derecho en la dinamica global. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2015. Disponível em: <http://e-archivo.uc3m.es/handle/10016/20251#preview> Acesso em: 01/06/2017.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: EdUnB, 2014.

Obs.: é muito desejável o conhecimento de textos clássicos/fontes de época sobre os pontos indicados.

Área de Estudo: E-05 – Fundamentos de Direito Internacional

Referências temáticas

- 1) Estrutura e funções do Ordenamento Internacional: dimensão teórica e histórica.
- 2) Transfigurações da Personalidade Jurídica Internacional.
- 3) Fontes do Direito Internacional.
- 4) Crescente judicialização do Ordenamento Internacional e dificuldades inerentes.
- 5) O uso da força no ordenamento internacional: desafios contemporâneos, regulação, conselho de segurança e o papel das instituições internacionais.
- 6) A contribuição do direito processual internacional para a solução de controvérsias internacionais.
- 7) Responsabilidade Internacional de Estados e Organizações Internacionais.
- 8) As relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno.
- 9) Abordagens teórico-metodológicas do Direito Internacional.
- 10) Universalidade e Regionalismo no Direito Internacional: das regras gerais do ordenamento aos regimes de integração e direitos humanos.

Referências bibliográficas

BENVENISTI, Eyal. The Law of Global Governance. The Hague: Pocket Books of the Hague Academy of International Law, 2014.

BONAFÈ, Beatrice I; PALCHETTI, Paolo. Relying on general principles in international law. In: Research handbook on the theory and practice of international lawmaking. Cheltenham: Elgar Publishing, 2016, pp. 160-176. Disponível em:
<https://www.academia.edu/29930842/Relying_on_general_principles_in_international_law>

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Reavaliação das fontes do direito internacional público ao início da década de oitenta. *Revista de informação legislativa*, v. 18, n. 69, p. 91-134, jan./mar. 1981

COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Draft Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts with commentaries*. Disponível em < http://legal.un.org/ilc/texts/9_6.shtml > Acesso em 12/04/2018.

CRAWFORD, James. *Chance, Order, Change: The Course of International Law, General Course on Public International Law*. The Hague: Hague Academy Pocketbooks, 2014.

DAL RI Jr., Arno (Org.) ; VELOSO, Paulo Potiara de Alcântara (Org.) ; LIMA, L. C. (Org.) . *A Formação da Ciência do Direito Internacional*. 1. ed. Ijuí: Unijuí, 2014.

INTERNATIONAL LAW CONFERENCE. *Use of force*. Conference Report Johannesburg 2016. Disponível em < <http://www.ila-hq.org/index.php/committees> >. Acesso em 12/04/2018.

KLABBERS, Jan. *An Introduction to International Organizations Law*. Cambridge: CUP, 2015.

LIMA, Lucas Carlos. *Da relevância dos casos do desarmamento nuclear perante a Corte Internacional de Justiça*. *Revista de Direito Internacional*, v. 14, p. 203-216, 2018.

SALIBA, Aziz Tuffi. (Org.) *Direito dos Tratados*. Belo Horizonte: Arraes, 2011.

SALIBA, Aziz Tuffi. Is the Security Council *legibus solutus*? An Analysis of the Legal Restraints of the UNSC. *Michigan State Law Review*. V. 20, n. 2, p. 401-419, 2012.

SHAW, Malcom. *International law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TOMUSCHAT, Christian. The Security Council and Jus Cogens. In: CANNIZZARO, Enzo. *The present and future of jus cogens*. Roma: Sapienza Università Editrice, 2015.

Disponível em

< http://www.editricesapienza.it/sites/default/files/5287_Cannizzaro_Jus_Cogens.pdf#page=17 >. Acesso em 12/04/2018.

Vários. Symposium on method in International law. *American Journal of International Law*. The Method is the Message. v. 93, n.2, pp. 291-423, 1999.